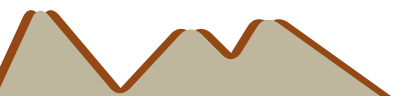


MONTANHAS VIVAS COMUNIDADES RESILIENTES







MONTANHAS **VIVAS** COMUNIDADES **RESILIENTES**



FICHA TÉCNICA:

Editor:	ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima)
Título:	MONTANHAS VIVAS, COMUNIDADES RESILIENTES
Autores:	Nogueira, Joana (ESA-IPCV, UI proMetheus) Simões, Sara (ARDAL, UI proMetheus) Araújo, José Pedro (ESA-IPVC; CIMO; CISAS) Santos, José Carlos (ESA-IPVC; UI proMetheus) Santos, Aurora (ESA-IPVC)
Entidades Parceiras:	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima ESA/IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária CIM AM - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho AFL - Associação Florestal do Lima CAAVPB - Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca ASCRS - Associação Sócio-Cultural e Recreativa de Sistelo TCV - Território com Vida, Associação
Equipa Técnica:	Pedro Teixeira (ARDAL). Coordenador Joana Nogueira (ESA-IPVC; UI proMetheus). Coordenadora Amaro Amorim (CAAVPB) Aurora Santos (ESA-IPVC) Catarina Brito (ARDAL) Cristina Rodrigues (ARDAL) Dulce Mota (AFL) José Carlos Santos (ESA-IPVC) José Pedro Araújo (ESA-IPVC; CIMO) Liliana Neves (ASRC Sistelo) Luísa Garcia (CIM-Alto Minho) Otilia Xavier (ARDAL) Sara Simões (ARDAL)
Conceção gráfica:	jotasá
Depósito Legal:	484345/21
ISBN:	978-989-54213-7-4

Notas prévias

O desenvolvimento rural é um dos pilares fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável de Arcos de Valdevez, contribuindo para o progresso e melhoria da qualidade de vida que preconizamos para os arcuenses.

Em muitas zonas do concelho assistimos a uma interação, com milhares de anos, entre o Homem e a Natureza. É uma relação equilibrada que permite usufruir de paisagens maravilhosas, produtos excelentes, uso e costumes tradicionais e cria rendimento.

Estamos num território de baixa densidade. Em muitos destes territórios vive-se melhor do que em muitas áreas urbanas. No entanto, temos dificuldades, nomeadamente a diminuição da população. Temos que transformar estes desafios em oportunidades. Assim, com a população, aliando tradição com inovação, procuramos revitalizar as aldeias e valorizar o bom que temos e o bem que fazemos.

Temos desenvolvido atividades de melhoria da produção e comercialização dos produtos locais. Com várias entidades e pessoas estão a surgir restaurantes, unidades de alojamento, espaços de venda de produtos locais, de animação turística e outros investimentos na agropecuária, na indústria, no comércio e no turismo.

Estão em curso várias ações de valorização do património natural e cultural, como a ecovia e os passadiços dos rios Vez e Lima e com a recuperação da Casa/Castelo de Sistelo e o Centro Etnográfico de Soajo, o Parque Biológico no Mezio ou o espaço interpretativo da geologia na Gavieira.

Estamos a desenvolver o plano de valorização do PNPG, o plano para a zona entre a Miranda e o Extremo e o programa Repovoar, procurando contribuir para a fixação e atração de investimento e pessoas.

Estão em curso vários projetos como o “Acontece *in Loco*”, que envolve a ESA/IPVC, a Câmara Municipal, CIM Alto Minho, Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Associação Florestal do Lima, Associação Socio-cultural e Recreativa de Sistelo e Associação “Territórios com Vida”.

É com este espírito de cooperação e entusiasmo que pretendemos continuar a concretizar estas e outras iniciativas para criar mais oportunidades e maior dinamismo, mais emprego e rendimento e maior modernidade e sustentabilidade.

João Manuel Esteves
Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Ao longo dos últimos vinte anos, a ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima tem dedicado uma parte significativa da sua atividade ao desenvolvimento dos territórios de montanha, entendido como um processo de melhoria das condições de vida das pessoas residentes nessas áreas, através de vários projetos que respeitam e articulam princípios como a sustentabilidade, a equidade social e territorial, a qualidade ambiental e patrimonial, a eficiência económica e a responsabilidade cívica.

Promover o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha é essencial quando se pretende dar resposta às novas necessidades e formas de vida do século XXI. É urgente o desenvolvimento e articulação de políticas baseadas no princípio da sustentabilidade, dado o risco e vulnerabilidade associado a essas áreas, resultantes das alterações climáticas e das mudanças sociais e económicas do tempo presente. Os territórios de montanha têm atualmente uma vantagem competitiva importante e que pode ser vista como uma excelente oportunidade. Para além da diversidade da paisagem, da arquitetura, das práticas e conhecimentos tradicionais, há também uma grande variedade nos modos de vida. Por isso, se torna relevante criar incentivos e estímulos à indispensável presença e fixação do homem nestas paisagens, reconhecendo que o despovoamento destas áreas representa um preço muito elevado e tem custos acrescidos para o futuro do nosso planeta.

Nesse sentido, a ARDAL desenvolveu o projeto “Acontece *in Loco* – Montanha do Alto Minho”, em parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, e um conjunto de atores institucionais que dedicam parte da sua atividade aos territórios de montanha, nomeadamente a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Associação Florestal do Lima, Associação Territórios com Vida e a Associação Sociocultural e Recreativa de Sistelo. A convergência de vontades destas instituições do território refletiu o interesse comum em manter as aldeias vivas e habitadas, e a perceção de que é possível, cooperando e trabalhando em rede, alcançar os resultados propostos.

O projeto “Acontece *in Loco* – Montanhas do Alto Minho” teve como objetivos aprofundar o conhecimento das dinâmicas recentes nas aldeias do Alto Minho, e capacitar os agentes de desenvolvimento rural para trabalhar em rede, partilhar informação e potenciar as dinâmicas de desenvolvimento com base num conhecimento mais atual e integrado dos territórios e das cadeias de valor em que participam.

Uma das vertentes da ação deste projeto pretendeu criar e animar uma rede de atores, focada nas necessidades e nas potencialidades dos territórios de montanha. Foram criadas dinâmicas de partilha de informação, recursos e competências, no sentido de potenciar o seu papel enquanto agentes de desenvolvimento rural, e promovida a capacidade para intervir nos sistemas territoriais de montanha, tendo em vista a introdução de inovações incrementais que contribuam para o aumento do valor acrescentado das atividades locais e da qualidade de vida. A outra vertente pretendeu assegurar à região e à Rede Rural Nacional instrumentos de monitorização adequados aos territórios de montanha, que permitam um conhecimento atualizado sobre as condições de vida nas comunidades e sobre as tendências e mudanças ao nível das fileiras produtivas estratégicas da montanha (fileiras agro-silvo-pastoril e agroalimentar, florestas e biodiversidade, turismo e serviços de ecossistema remunerados).

Deste projeto decorre que as prioridades para estes territórios de montanha do Alto Minho passam por medidas para proteger os ecossistemas, assegurar a viabilidade da agricultura familiar, estimular o empreendedorismo rural e a organização da produção e promover novas formas de comercialização e de distribuição de proximidade. Identificar as alavancas é só o primeiro passo e este projeto reforça, ainda, a necessidade de uma atuação concertada em torno das linhas de ação apresentadas e a capacidade de as implementar, mobilizando argumentos de atratividade destes territórios que permitam a sustentabilidade económica e social.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido ao longo do projeto é de enorme importância para o desenvolvimento dos territórios de montanha e para ajudar a concretizar ações que visam todos os objetivos atrás enunciados.

Este projeto, fruto de uma parceria alargada, traduz o esforço, o investimento e o acreditar que é possível mudar para melhor, conciliando inovação e mudança, numa preocupação constante em valorizar as pessoas, o património cultural e natural.

Pedro Teixeira

Coordenador Geral

ARDAL – Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima



Agradecimentos

Este projeto não teria sido possível sem o financiamento no âmbito da Rede Rural Nacional, numa medida que promoveu iniciativas inovadoras para a revitalização dos territórios rurais. Contámos sempre com o imprescindível apoio de Sérgio Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Sistelo e de João Manuel Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Aos professores Agostinho de Carvalho, Fernando Oliveira Baptista e José Portela somos devedores da inspiração e da forma sempre atenta e carinhosa com que nos acompanham desde sempre.

Nada teria sido possível de alcançar sem a generosidade e a dedicação das mulheres e dos homens que vivem e trabalham na freguesia de Sistelo, a quem dedicamos esta publicação.

Índice

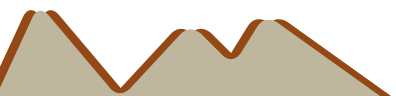
Notas Prévias	III
Agradecimentos	VII
Índice de Figuras	IX
Índice de Quadros	IX
1. Introdução	1
2. A montanha do Alto Minho e as suas comunidades	3
A governança de sistemas socio-ecológicos de montanha	6
Breve descrição da freguesia de Sistelo	9
3. Metodologia	11
4. Resultados	13
4.1. Viver e trabalhar na montanha	14
Economia e meios de vida	17
Prioridades para melhorar a qualidade de vida	18
4.2. Agro-silvo-pastorícia, floresta e biodiversidade	19
Dinâmicas na atividade pecuária	19
Dinâmicas ligadas à paisagem e à agrobiodiversidade	21
Reconhecimento e remuneração dos serviços de ecossistema	23
4.3. Turismo Sustentável na Montanha	25
Gerir o crescimento turístico à escala local	28
Empresas locais ligadas ao turismo	29
Por esse rio acima – monitorização de fluxos na Ecovia do Vez	30
Perfil e percepções dos visitantes de Sistelo	32
4.4. Governança territorial na montanha	34
A comunidade e o seu baldio	34
A comunidade e a conservação da natureza	36
5. Lições aprendidas e áreas a desenvolver	38
Territórios fragilizados, mas resistentes	38
Multifuncionalidade da montanha: da ideia à prática	39
Turismo sim, “turistificação” não	40
Comunidades vivas, montanhas resilientes: pistas para futuro	41
6. Referências	43

Índice de Figuras

Figura 1. Densidade populacional nas freguesias do Alto Minho	5
Figura 2. Índices de Envelhecimento nas freguesias de montanha e nas terras baixas	5
Figura 3. Lógica da intervenção do Acontece in Loco	11
Figura 4. Evolução da população residente em Sistelo	14
Figura 5. Estrutura etária da população em Sistelo	15
Figura 6. Avaliação das condições de vida e de trabalho em Sistelo	16
Figura 7. Avaliação do espaço de vida quanto ao ambiente, segurança e sociabilidade	17
Figura 8. Principal meio de vida dos indivíduos residentes	18
Figura 9. Evolução do efetivo bovino (Alto Minho e Sistelo)	20
Figura 10. Perceção dos inquiridos sobre a quem beneficia o cultivo e o pastoreio	25
Figura 11. Perspetivas da comunidade sobre o turismo	26
Figura 12. Expressões dos inquiridos face aos inconvenientes do turismo	28
Figura 13. Opinião face a propostas para o desenvolvimento do turismo	29
Figura 14. Número de passagens registada no contador de Sistelo (total mensal)	31
Figura 15. Motivações principais para a visita a Sistelo	33
Figura 16. Opinião das famílias relativamente a novos usos para o baldio	35
Figura 17. Perceções da comunidade relativas à biodiversidade silvestre	36

Índice de Quadros

Quadro 1. Detalhe dos questionários realizados	12
Quadro 2. Principais discursos locais sobre despovoamento e envelhecimento demográfico	15
Quadro 3. Principais ideias sobre fatores de repulsão e de atração do território	16
Quadro 4. Distribuição das explorações por dimensão dos efetivos, Sistelo 2019	20
Quadro 5. Discursos locais que exprimem os impactos do turismo à escala local	27



1. Introdução

O projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho¹ reuniu sete entidades regionais e locais que entenderam cooperar entre si para melhor pensar o presente e o futuro das aldeias de montanha do Alto Minho. Estas aldeias são espaços de vida e de trabalho de comunidades que têm sido capazes de resistir às dificuldades inerentes ao meio biofísico em que habitam. Cada vez mais procuradas como locais privilegiados para atividades de turismo e de lazer, e reconhecidas pelos benefícios ecológicos que geram para as regiões envolventes, os territórios de montanha refletem o efeito de décadas de abalada dos mais jovens, que dificilmente encontravam nas aldeias oportunidades para aí desenvolverem os seus projetos de vida. Essa perda progressiva de capital humano foi fragilizando a estrutura social e económica local, manifestando-se no abandono de terras, de património construído, de tradições e de autonomia. Atualmente, porventura, poder-se-ão ainda reverter estas tendências. Em primeiro lugar em benefício de quem vive na montanha, e que foi encontrando estratégias para resistir às adversidades, adaptando-se aos desafios dos novos tempos, e que exprime a sua vontade de “não querer sair do mapa”. Mas também em benefício do conjunto da região, que sem as populações locais da montanha perde uma parte da sua própria identidade, e dificilmente poderá salvaguardar produtos alimentares únicos e diferenciados, uma cultura de saber viver da natureza e com a natureza, ecossistemas de elevada biodiversidade e paisagens de montanha de grande beleza. O contexto atual justifica intervenções com carácter de urgência, sob pena de se perder a oportunidade de revitalizar, e projetar para o futuro, um património cultural, natural e paisagístico de elevado valor e um conjunto de espaços de vida que, devidamente equipados e integrados no tecido social da região, podem tornar-se o centro de novos projetos e sonhos.

O projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho surgiu tendo como objetivo potenciar a intervenção dos agentes de desenvolvimento rural, promovendo o seu trabalho em rede, e refletir sobre os modelos de governança que melhor poderão responder ao desafio da revitalização das aldeias, envolvendo as comunidades locais nesse processo. O projeto foi financiado pela medida “Ob-

¹ Projeto financiado pelo PDR2020, 2020 - Operação - 20.2.4 - Assistência técnica RRN - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais; PDR2020-2024-032825).

servação da Agricultura e dos Territórios Rurais” do PDR2020, no quadro da Rede Rural Nacional, e desenvolveu-se em torno de três objetivos específicos:

- 1 – **Cooperar para melhor intervir na Montanha do Alto Minho:** promover rotinas de trabalho cooperativo e de partilha de informação entre as entidades parceiras, incluindo as comunidades locais.
- 2 – **Testar metodologias para monitorizar a Montanha do Alto Minho,** combinando várias técnicas, privilegiando a componente participativa, quer na realização do diagnóstico, quer nos processos de reflexão e capacitação desenvolvidos.
- 3 – **Valorizar e disseminar o conhecimento para potenciar a inovação** - analisar e sintetizar a informação recolhida, promover debates públicos e divulgar os resultados do projeto junto do público técnico e não técnico.

A abordagem adotada baseia-se num enquadramento teórico e conceptual cujas teses fundamentais são:

- A montanha é um tipo de território com especificidades, em que se combinam potencialidades múltiplas com uma grande fragilidade estrutural. Deve receber das entidades públicas e dos agentes de desenvolvimento rural uma abordagem diferenciada, que responda adequadamente às suas características sociais, económicas e ecológicas.
- As comunidades locais da montanha desempenham um papel relevante e dificilmente substituível na gestão de proximidade dos recursos naturais e da paisagem, principalmente por via da atividade produtiva de base agro-silvo-pastoril, e são detentoras de um património cultural relevante, cuja continuidade temporal é desejável, mas está ameaçada.
- As intervenções para o desenvolvimento da montanha devem envolver as comunidades locais, integrando a sua voz e as suas perspetivas nos processos de gestão territorial, quer por razões de equidade, quer de eficácia.
- As metodologias de intervenção devem privilegiar uma abordagem integrada aos socio-ecossistemas, abarcando as aldeias como espaço de vida e de trabalho das pessoas, com necessidades económicas e sociais, mas também como espaços naturais que proporcionam importantes serviços de ecossistema, incluindo o de refúgio para a biodiversidade.

Nesta publicação apresentamos a metodologia aplicada no diagnóstico participativo e sintetizamos os dados qualitativos e quantitativos obtidos. Nas conclusões procuramos dar uma perspetiva integradora dos resultados e deles extrair algumas lições e recomendações, quer para projetos futuros desta mesma equipa, quer para os decisores políticos que, das freguesias à União Europeia, devem saber criar um quadro institucional e legislativo que tenha em conta as comunidades locais da montanha do Alto Minho.

A riqueza da informação recolhida no projeto transcende o que é possível incluir nesta edição. Uma parte dela ficou incorporada nas pessoas que, ao longo destes quase três anos, nele participaram e colaboraram. Para uma leitura mais completa remetemos para o relatório de projeto, cuja versão extensa está disponível no website do projeto, em <http://www.aconteceinloco.altominho.pt/>.

2. A montanha do Alto Minho e as suas comunidades

Em Portugal a montanha concentra-se no Norte e Centro do país, com as serras do Alto Minho a integrarem o sistema de montanhas Galaico-portuguesas (Aguiar *et al.*, 2009). Nesta região as elevações do relevo formam um anfiteatro virado para o mar, o que lhes confere um clima amenizado pelo Atlântico, desde a Serra D'Arga mais litoral, passando pelas zonas mais altas de Ponte de Lima e Paredes de Coura, até se elevar imponentemente no planalto de Castro Laboreiro e nas Serras da Peneda, do Soajo e Amarela, já em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês.

As paisagens e os ecossistemas das montanhas do Alto Minho, à semelhança de grande parte das montanhas europeias, resultam de uma longa história de interação entre as comunidades humanas e os recursos naturais locais, mediadas pela agricultura, pela pastorícia e por atividades ligadas à floresta (Nordregio, 2004; Körner e Ohsawa, 2005, Aguiar *et al.*, 2009; Madureira *et al.*, 2013a). A sua história recente é marcada pela regressão da ocupação humana e pelo declínio das atividades tradicionais. Em Portugal essa regressão dá-se na segunda metade do século XX (Oliveira Baptista, 1996), num período em que a economia global entrava já numa fase de aceleração, com níveis sem precedentes de deterioração ambiental com origem antrópica (Ferrão, 2016).

A perda da biodiversidade e os problemas ambientais e climáticos que hoje estão no centro da atenção política e social devem-se, sobretudo, ao processo acelerado de crescimento do sistema urbano-industrial, à globalização e à intensificação dos sistemas agrícolas e de exploração florestal. Nas montanhas, as preocupações tendem a centrar-se num problema distinto, mas interligado com o atual modelo de desenvolvimento: o despovoamento e a desintegração e abandono dos sistemas produtivos tradicionais (Nordregio, 2004; Körner e Ohsawa, 2005; Aguiar *et al.*, 2009; Madureira *et al.*, 2013a; Moreira e Lomba, 2017; Honrado *et al.*, 2017). O excesso de pressão humana ocorre nas montanhas, mas pontualmente e ligado a atividades extrativas ou à massificação turística em áreas com elevada capacidade de atração, nomeadamente estâncias de neve ou áreas protegidas (UNWTO, 2018). Interessa aprofundar o conhecimento das dinâmicas regionais e locais da montanha, para melhor compreender estes processos, e para assegurar uma gestão territorial mais sustentável.

Neste projeto privilegiou-se uma aproximação à montanha enquanto espaço de vida e de trabalho de comunidades humanas. A dimensão biofísica da montanha esteve sempre presente, quer como fator que condiciona as atividades humanas, quer pelo modo como é por elas alterada. Parte-se do pressuposto de que as comunidades locais são atores chave para se alcançar uma melhor gestão dos ecossistemas. Antes de aprofundar a análise das complexas e profundas interações entre o sistema social e os sistemas naturais à escala local, interessa olhar a montanha do Alto Minho no contexto mais amplo da região.

Os critérios mais habituais para delimitar a montanha são a altitude e o declive, mas não há uniformidade neste procedimento (Nordregio, 2004). Neste projeto optámos por um critério de altitude de 400 metros, aferido por variáveis sociodemográficas, tomando como unidade de análise as freguesias. Esta delimitação da montanha, que poderá ser afinada no futuro, integra 62 freguesias do universo das 290 (antigas²) freguesias do Alto Minho, e 38,9% da superfície territorial. Em 2011 nela residiam 21 200 habitantes (8,7% da população residente no Alto Minho), mas recuando à década de 1940, estas mesmas freguesias de montanha eram espaço de vida e de trabalho de 45 745 habitantes, ou seja 17,5% da população regional. O acentuar das disparidades entre a montanha e

² Utilizaram-se os limites e as designações das freguesias anteriores a 2013, tal como existiam antes da reorganização administrativa que criou as uniões de freguesia.

as terras baixas evidencia-se na evolução diferencial da densidade populacional a partir da década de 1950 (Figura 1).

A natureza seletiva da emigração e das migrações para a cidade, ao incidir sobretudo na população jovem e em idade ativa, traduziu-se numa aceleração sem precedentes do envelhecimento, muito mais intenso na montanha (Figura 2). Estes dados refletem o sério problema de renovação geracional nos territórios de montanha do Alto Minho. A curto prazo poderemos assistir ao seu despovoamento, a não ser que ocorram mudanças substanciais na capacidade das aldeias para atrair e reter famílias e indivíduos mais jovens.

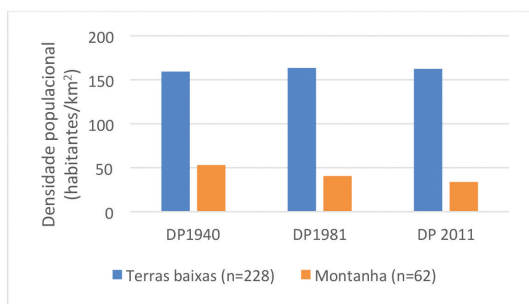


Figura 1. Densidade populacional nas freguesias do Alto Minho
Fonte: INE, Censos

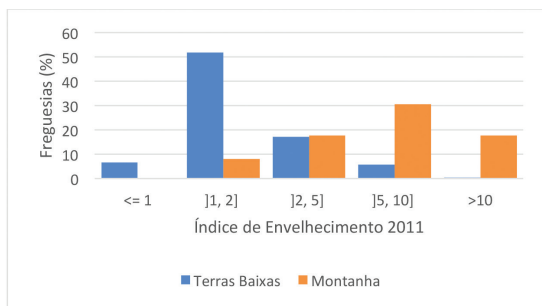


Figura 2. Índices de Envelhecimento nas freguesias de montanha e nas terras baixas
Fonte: INE, Censos 2011.

A trajetória de mudança sociodemográfica das montanhas do Alto Minho é similar à de outros sistemas montanhosos do país e do mundo, embora cada qual tenha as suas especificidades. No Alto Minho interessa destacar que as aldeias de montanha são ainda vivas, apesar do já longo trajeto de fragilização

demográfica. O declínio populacional reflete desvantagens sociais e económicas decorrentes do relevo montanhoso e da posição geográfica mais periférica relativamente aos polos de desenvolvimento regional, litorais e mais urbanizados.

Tem sido empiricamente demonstrado que a inovação em meio rural surge muito interligada à existência de recursos humanos qualificados, que conseguem explorar o potencial dos territórios, aliando o saber tradicional ao saber científico (Madureira *et al.*, 2013b). Daí que, com a saída dos mais jovens, as comunidades locais de montanha vejam agravadas as suas desvantagens relativas, podendo em casos extremos perder a capacidade para tirar partido das novas oportunidades que surgem.

A governança de sistemas socio-ecológicos de montanha

A trajetória de declínio sociodemográfico dos territórios de montanha tem enormes impactos na vida social e económica destas aldeias, mas também nas dinâmicas dos ecossistemas. Os componentes naturais e humanos das paisagens de montanha estão de tal maneira interligados, que as montanhas de Portugal, incluindo as do Alto Minho, são classificadas, de modo genérico, como paisagens culturais (Aguar *et al.*, 2009). O que implica integrar, numa mesma análise, as dimensões humanas e as naturais dos territórios, ou seja, adotar o referencial dos socio-ecossistemas. A pertinência desta opção é reconhecida por muitos ecólogos, com base nos argumentos sintetizados por Langston (1998:26):

“As causas mais importantes da degradação ecológica residem na cultura humana, por isso a compreensão das interligações entre cultura, economia e ecologia são necessárias para ajudar a identificar as melhores estratégias para conservar e restaurar a natureza”.

A desvantagem relativa da montanha em termos socioeconómicos poderá conduzir ao seu despovoamento na ausência de políticas públicas que viabilizem a sua continuidade e até revitalização. No atual paradigma de conservação da natureza, a presença das pessoas e suas atividades é assumida como desejável. A corrente alternativa que vê o abandono humano como uma oportunidade para a renaturalização de espaços (*rewilding*) tem vindo a perder suporte (Chapin *et al.*, 2010; Jørgensen, 2015; O'Rourke *et al.*, 2016; Barnaud e Couix, 2020). É

sugestiva a questão formulada por Jørgensen (2015): até que passado remoto, e já inexistente, teríamos de recuar para encontrar uma natureza sem qualquer intervenção humana?

Também em Portugal há estudos recentes que validam a perspetiva de manter as comunidades e as atividades tradicionalmente ligadas aos recursos naturais locais, como parte da estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade (Madureira *et al.*, 2013a; Aguiar *et al.*, 2009; Moreira e Lomba, 2017; Honrado *et al.*, 2017). Os efeitos mais diretos e imediatos da degradação do estado e da resiliência dos ecossistemas de montanha induzidos pelo abandono fazem-se sentir sobre as pessoas que ainda vivem nas aldeias, ameaçadas pelo avanço das florestas até à proximidade das habitações (Pereira e Queiroz, 2009; Barnaud e Couix, 2020). O bom estado dos ecossistemas de montanha é também essencial para outras escalas de análise. Para quem vive nas terras baixas que as rodeiam, pelo papel que têm na regulação do ciclo hidrológico (quantidade e qualidade de água e regulação de cheias) e na estabilidade das vertentes. E para a humanidade no seu todo, quando consideramos os serviços de sequestro de carbono (contribuindo para mitigar as alterações climáticas) e de refúgio de biodiversidade e de agrobiodiversidade ameaçadas (Nordregio, 2004; Aguiar *et al.*, 2009; Madureira *et al.*, 2013). A recente expansão da função de recreio e de lazer desempenhada pela montanha reflete a crescente atração da Humanidade por espaços com qualidade ambiental e ecológica, e traz novas oportunidades económicas para as comunidades locais.

A governança deve ser capaz de integrar as dimensões humanas e naturais dos territórios, e de gerir as suas múltiplas interações. O envolvimento das comunidades é um dos elementos-chave para essa gestão, valorizando os saberes, as atividades e as instituições locais (McKean e Ostrom, 1995). Alguns marcos históricos permitem dar conta da afirmação progressiva de decisões e instrumentos sociopolíticos mais atentos à montanha, às suas comunidades e ecossistemas. Na Conferência do Rio de 1992, a Agenda XXI dedicou-lhe um capítulo intitulado “Managing fragile ecosystems: sustainable mountain development”. Uma década depois, em 2002, as Nações Unidas declararam o Ano Internacional das Montanhas (Carvalho, 2006), com os seguintes objetivos: (1) Promover o desenvolvimento sustentável das regiões de montanha; (2) Melhorar a qualidade de vida das populações que vivem nas montanhas; (3) Proteger os ecossistemas de montanha.

A nível regional há um conjunto de instrumentos relevantes que enquadram a ação da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM-AM) e dos municípios no que se refere aos territórios de montanha. No início da presente década a CIM-AM promoveu um processo de planeamento estratégico - “Alto Minho - Desafio 2020” - participado por múltiplos atores territoriais. Nesta estratégia confirmou-se e consolidou-se a ideia de que o Alto Minho tem uma forte vocação rural e natural, e que o seu modelo de desenvolvimento deveria converter estes atributos em ativos-chave da economia e para a qualidade de vida na região. As fileiras produtivas do agroalimentar, da floresta e do mar - aliadas ao turismo rural, de natureza e náutico – foram destacadas na estratégia, com uma parte relevante do plano de ação visando a sua diferenciação e qualificação progressiva (Mateus, 2013). Nos desafios de gestão estratégica a conciliação entre desenvolvimento e conservação tem estado sempre presente. Como salienta o Presidente da CIM do Alto Minho: “A região do Alto Minho é única NUT III de Portugal Continental integralmente certificada com o Galardão de Carta Europeia de Turismo Sustentável atribuído desde 2015 pela Federação EUROPARC (Costa, 2020). Mais recentemente promoveu o desenvolvimento de uma Estratégia Regional para a Paisagem do Alto Minho, em cujo diagnóstico se destaca o elevado valor ecológico das unidades de paisagem de montanha no contexto regional (Caldas e Graça, 2020).

A concretização dos desígnios que a região atribui aos territórios de montanha implica uma aproximação do planeamento estratégico às comunidades locais, envolvendo-as no diagnóstico, na definição da estratégia e na sua implementação e avaliação. Esta aproximação a uma escala micro-territorial é exigente em recursos humanos e financeiros, afigurando-se indispensável a pluridisciplinaridade da equipa técnica e científica. Os dirigentes dos GAL, entidades cuja intervenção *in loco* tem sido fundamental nos territórios rurais, identificam como perniciosa a crescente dificuldade, por ausência de meios, em promover a “animação e suscitação de projetos, elemento de extrema importância em contextos territoriais de baixa densidade e com fraca capacidade empreendedora” (Domingos, *et al.*, 2016). Neste projeto tentámos superar a escassez de meios através da maior eficiência que se alcança com um trabalho em rede de instituições e parceiros cuja atividade se complementa, e cuja ligação aos territórios de montanha faz parte da sua atividade regular.

Para testar e avaliar as metodologias consideradas pertinentes selecionou-se a freguesia de Sistelo como área piloto. Sistelo é uma localidade cuja história recente evidencia um processo de transição para os novos modelos de desenvolvimento, cuja monitorização e avaliação se considera relevante para o conjunto das aldeias de montanha do Alto Minho.

Breve descrição da freguesia de Sistelo

Sistelo representa uma das comunidades camponesas que, historicamente, se dedicavam à atividade pastoril na serra e à pequena agricultura em campos nas encostas (socalcos ou leiras). Localiza-se no concelho de Arcos de Valdevez, na Serra da Peneda, com altitudes a variar de forma abrupta entre os 180 m e os 1360 m (Pereira e Queiróz, 2009). A criação de gado desde há muito representa nestas montanhas a principal atividade económica, com uma componente essencial de bovinos, ao contrário de outros sistemas montanhosos onde os pequenos ruminantes têm maior relevo (Medeiros, 1984; Aguiar *et al.*, 2009). Os bovinos e os pequenos ruminantes eram alimentados durante grande parte do ano em pastoreio livre, nas áreas de matos e pastagens seminaturais de maior altitude, de propriedade comunitária (baldio), onde se inseriam as típicas “brandas”, com algumas áreas de cultivo, áreas forrageiras e estruturas de apoio e abrigo. No inverno os animais aproximavam-se das aldeias, para uma alimentação de erva, feno e milho, produzidos localmente. O principal objetivo da produção pecuária era a venda das crias (cabritos, anhos e vitelos), e no caso dos bovinos a utilização dos animais adultos como força de tração animal (Santos, J., 2000; Brito *et al.*, 2005). Em Sistelo, a agro-silvo-pastorícia continua a ser ainda a principal atividade económica realizada localmente.

Este sistema agro-silvo-pastoril tradicional caracteriza-se por uma elevada biodiversidade, abrangendo a vida selvagem (fauna e flora) e a agrobiodiversidade (vegetal e animal). Nesta última, destacam-se as raças bovinas Barrosã e Cache-na, esta considerada uma das mais pequenas raças bovinas do mundo (Brito *et al.*, 2005). São igualmente de referir cultivares vegetais, destacando-se o Feijão Tarreste, variedade hoje muito apreciada em termos gastronómicos (Amorim, 2020).

O elevado valor ecológico do território, em termos faunísticos e florísticos, está bem documentado (Pereira e Queiroz, 2009). Sistelo integra a Rede Natura (SIC PTCON0001 e PTZPE0002) e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurê. No ano de 2018 a Paisagem Cultural de Sistelo foi classificada como património na categoria de Monumento Nacional. Esta classificação veio reconhecer e prestigiar a pequena comunidade agro-silvo-pastoril e o seu sistema agroecológico de montanha. Um grande salto cultural e social separa esta classificação da que, em 1995, distinguiu a aristocrática Paisagem Cultural de Sintra, por essa altura integrada no Património Mundial da UNESCO.

A freguesia de Sistelo tem seis lugares (Igreja, Padrão, Porto Cova, Portela de Alvite, Estrica e Quebrada), que desde os anos 1960 registam uma tendência acentuada de despovoamento e de envelhecimento. Alguns dos lugares aproximam-se hoje de limiares demográficos críticos, embora ainda tenham alguns elementos jovens, novos habitantes e emigrantes regressados. Todos, velhos e novos, aspiram à possibilidade, também sentida noutras comunidades rurais, de ter a oportunidade “ficar nos seus próprios sítios” (Carmo, 2014) ou a eles poder regressar. As classificações anteriormente mencionadas são importantes, mas não resultam automaticamente em melhorias e progressos à escala local, podendo também implicar restrições ou mudanças indesejadas.

A governança territorial à escala local é fundamental. Em Sistelo tem havido mobilização da comunidade e de vários atores locais para reverter o declínio socioeconómico, tirando partido da paisagem e da biodiversidade, e procurando articular o turismo com a atividade agro-silvo-pastoril.

O êxito de Sistelo na reversão do declínio socioeconómico e na preservação dos valores naturais, culturais e paisagísticos é um desafio ainda por vencer, sendo certo que já está a transformar a dinâmica local, como iremos demonstrar com os resultados deste projeto.

3. Metodologia

A abordagem preconizada foi de Investigação-Ação, entendida como um processo contínuo de aprendizagem, no qual o investigador aprende, mas partilha o conhecimento gerado com aqueles que dele podem beneficiar (Koshy, 2005). Nesta lógica, e no quadro do desenvolvimento territorial, procura-se avançar para uma interação mais cooperativa e paritária entre investigadores, agentes de desenvolvimento e comunidades locais. O trabalho de campo em Sistelo tomou a forma de um diagnóstico participado, como parte integrante de um exercício de planeamento participativo à escala da comunidade local (Figura 3).



Figura 3. Lógica da intervenção do Acontece in Loco

O trabalho lado a lado com as comunidades locais de montanha tem como requisito a predisposição, nem sempre garantida, das pessoas e dos atores locais para se envolverem em iniciativas dinamizadas por elementos exteriores à comunidade. Esta questão foi tida em conta na metodologia, tendo-se investido inicialmente na (re)ativação de dinâmicas relacionais entre técnicos e comunidade, através de visitas informais e momentos de diálogo espontâneo, uma ação informativa realizada na missa dominical, facilitada pelo pároco de Sistelo, e por via do envolvimento na parceria de projeto de uma associação local, agregadora de toda a comunidade. A Junta de Freguesia foi um dos principais entusiastas desta intervenção, tendo estado presente desde a fase de candidatura.

No diagnóstico participativo distinguimos uma fase exploratória, privilegiando as técnicas qualitativas para recolher a maior diversidade possível de perspetivas. Para cada um dos quatro temas chave previamente definidos, realizou-se um fo-

cus-group (FG): (1) Viver e Trabalhar na Montanha, (2) Fileira Agro-Silvo-Pastoril, (3) Turismo e Serviços de Ecossistema Remunerados e (4) Floresta e Biodiversidade, envolvendo um total de 30 pessoas de Sistelo. Estas rodas de conversa tiveram a duração média de 90 minutos. Procurou-se assegurar a representatividade por lugares, género, idade e atividade profissional. Nesta fase realizaram-se também entrevistas semiestruturadas a interlocutores chave.

As entrevistas exploratórias realizadas a atores chave tiveram como objetivo obter informação para compreender melhor o enquadramento legal, institucional e estratégico que tem condicionado as dinâmicas territoriais na montanha do Alto Minho. Procurou-se capturar a diversidade de perceções e lógicas de atuação com que as entidades participam na construção social do desenvolvimento destes territórios, e cuja complexidade não deve ser eludida. A gestão da multifuncionalidade dos territórios rurais envolve conflitos e negociações, nem sempre explícitos, mas que interessa ter em conta (cf. Barnaud, Couix, 2020). As entrevistas – a técnicos e dirigentes de entidades da administração pública e de organizações privadas - permitiram diálogos abertos em torno das questões elencadas.

A informação qualitativa obtida nesta fase orientou o subsequente trabalho de aprofundamento e validação com recurso a questionários (Quadro 1). Além destas técnicas pessoais instalou-se um equipamento automático de contagem do fluxo de passagens de pedestres e ciclistas na Ecovia do Vez, num local dos passadiços de Sistelo, próximo do lugar de Igreja.

Quadro 1. Detalhe dos questionários realizados

Técnicas aplicadas	Nº de respostas	Duração média (minutos)
Questionário direto a representantes das famílias de Sistelo (QFam)	48	30-60
Questionário direto a visitantes em Sistelo (QVis)	267	15-20
Questionário a proprietários das unidades de restauração de Sistelo (QRes)	4	20-30
Questionário a proprietários de alojamentos turísticos de Sistelo. On-line (QAI)	8	N/A
Questionário de avaliação de satisfação a visitantes. On-line (QVis-on)	52	N/A

O processo de amostragem das famílias a inquirir assentou num censo expedito e informal, realizado com a colaboração da Junta de Freguesia. Do universo de 93 famílias, correspondendo a 205 indivíduos residentes à data de janeiro de 2019, definiu-se uma amostra abrangendo 50% das famílias de cada lugar, o que resultou num total de 48 famílias inquiridas, com informação relativa a 116 indivíduos. As questões incidiam nos seguintes temas: (1) caracterização do agregado familiar e origens de rendimentos; (2) qualidade de vida nas habitações e nos lugares de residência; (3) caracterização da atividade e património agrícola; (4) perceções sobre a ligação entre as atividades agro-silvo-pastoris e a conservação da paisagem e da natureza; (5) usos do baldio e participação na sua gestão; (6) perceções sobre o turismo na aldeia.

O questionário aos visitantes realizou-se em dias de semana e de fim-de-semana, incluindo o período de férias escolares, ao longo dos meses de junho a setembro de 2019, perfazendo um total de 11 dias com este trabalho de campo. O local de contacto foi o lugar de Igreja, nas principais zonas de passagem e/ou de concentração turística. Este questionário incluía perguntas relativas aos seguintes temas: (1) Caracterização do tipo de viagem e de grupo; (2) Atividades realizadas em Sistelo e área envolvente; (3) Contributo do turismo para o desenvolvimento local.

O plano metodológico previa a realização de uma ronda final de FG, para devolver à comunidade os resultados obtidos, permitindo uma validação final participada do diagnóstico. Esta terceira fase ficou comprometida com as restrições impostas pela crise pandémica COVID-19. Espera-se dar-lhe continuidade através de futuras iniciativas.

4. Resultados

A apresentação dos resultados segue a delimitação de temas inicial, com algumas alterações. (1) Viver e trabalhar na montanha, (2) Agro-silvo-pastorícia, floresta e biodiversidade, (3) Turismo sustentável na montanha, tendo-se considerado relevante distinguir um novo tema, integrador dos anteriores, focado na (4) Governança territorial na montanha. Sintetizamos a informação quantitativa

obtida com os questionários, complementada com fragmentos dos discursos das pessoas envolvidas nos focus-group e noutros momentos de recolha de dados qualitativos.

4.1. Viver e trabalhar na montanha

O problema demográfico nas aldeias esteve na base do projeto e da urgência em repensar os processos de intervenção na montanha. Foi também a primeira questão a ser trabalhada no diagnóstico participativo. Desde o recenseamento de 1960 a freguesia perdeu continuamente população, sem qualquer abrandamento nesta tendência até ao ano de 2019 (Figura 4).

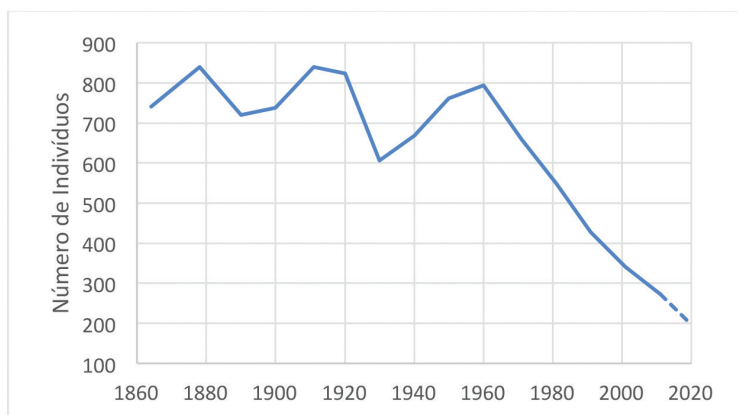


Figura 4. Evolução da população residente em Sistelo
Fontes: INE, Censos da população. Projeto Acontece in Loco - dados de 2019, não oficiais

O acentuado envelhecimento torna-se evidente ao analisar a estrutura etária dos 116 indivíduos abrangidos pelo questionário (Figura 5). Confirma-se um sério problema de falta de renovação geracional, bem presente no pensamento das pessoas de Sistelo. Não só o avaliam como muito negativo, como antecipam o seu agravamento, se tudo continuar como até ao presente.

Algumas ideias sobressaem quando se aborda o tema do despovoamento da aldeia, sendo de destacar a vontade expressa pela comunidade de que “Sistelo não saia do mapa” (Quadro 2).

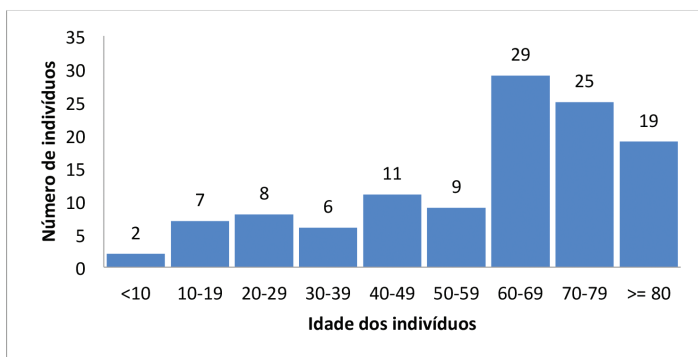


Figura 5. Estrutura etária da população em Sistelo
Fonte: QFam

Quadro 2. Principais discursos locais sobre despovoamento e envelhecimento demográfico

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género/idade do interveniente)
Nostalgia de um passado populoso	<i>“...pessoas passavam lá, naqueles caminhos, uns p’ra um lado outros p’ra outro, com o gado, com coisas p’ra cavar (...). Uma alegria, aquelas lavradas, muita gente, os campos todos lavrados”</i> (M, 76)
Perceção do risco de aproximação a limiares críticos	<i>“Isto está muito mal, cada vez é pior...é mais velhotes, e os velhotes vão desaparecendo”</i> (M, 49) <i>“Agora é duas pessoas, três, se caímos lá no meio do chão não há ajuda p’ra nada”</i> (M, 76)
Resistência à ideia da inevitabilidade e esperança no futuro	<i>“Gostava que Sistelo não saísse do mapa, gostava que o que há aqui se mantivesse, as casas que há, e pessoas, gostava que aqui continuasse a haver pessoas.”</i> (M, 26) [relativamente à compra de casas por gente de fora], <i>“algum receio há-de sempre de haver (...) mas é com a esperança de que isto não acabe, que isto continue...”</i> (H, 69)

Quando se aprofundam os fatores de repulsão e atração populacional do território enquanto espaço para viver e trabalhar (Quadro 3) percebe-se que os fatores económicos são particularmente importantes ao nível da repulsão, em particular dos mais jovens, e que a ligação afetiva à comunidade e à terra de origem atuam no sentido contrário, tal como aspetos da qualidade de vida ligados à baixa densidade.

A apreciação sobre as oportunidades e constrangimentos existentes no território varia em função da fase de vida individual e familiar (Figura 6). Para os mais jovens a questão do emprego e rendimentos é fulcral, para as famílias com crianças e para os mais velhos predomina a preocupação com o acesso a bens e serviços de proximidade.

Quadro 3. Principais ideias sobre fatores de repulsão e de atração do território

	Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas de FG (gênero/idade do interveniente)
Repulsão	Falta de oportunidades profissionais para os jovens	<i>“Nós que fábricas temos aqui? Que emprego temos aqui? (...) como é que se vai viver?” (H, 69)</i> <i>“Lá fora têm outras opções de vida, outras opções de escolha.” (M, 20)</i>
	Incerteza na estabilidade da procura turística que viabilize novos negócios	<i>[Investir no turismo] “...é um bocadinho incerto, não é? Nós não sabemos até que ponto é que isto não passará de uma moda” (M, 20)</i>
	Carência de bens e serviços	<i>“Só é pena é termos necessidade de tanta coisa que fazia falta aqui, temos falta de muita coisa (...)” (H, 69)</i>
Atração	Vantagens da baixa densidade	<i>“Acho que é uma vida mais tranquila, mais pacífica” (M, 20)</i>
	Apego à terra e à comunidade local	<i>“(...) por ruim que a terra seja é o ninho da terra natal (...)” (M, 69)</i> <i>“Se conseguissem trabalhos, eles [os jovens] preferiam, não querem sair” (M, 49)</i>

O espaço de vida é francamente bem avaliado pelos residentes no que se refere à qualidade ambiental e às relações sociais dentro da comunidade (Figura 7). Os habitantes de Sistelo expressam-no das seguintes formas: “Os ares são mais puros do que na cidade”, [é bom] “andar nas ruas sem qualquer preocupação” (M, 20). No que se refere à sociabilidade as opiniões são maioritariamente

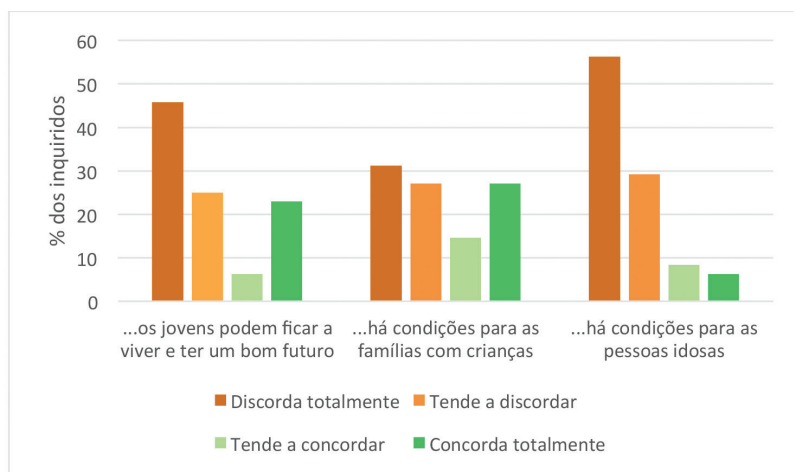


Figura 6. Avaliação das condições de vida e de trabalho em Sistelo.

Fonte: QFam

positivas, mas surgem vozes discordantes, ligadas à nostalgia de um passado com mais gente, mais convivalidade e mais entreatura à escala local: “as pessoas aqui viviam melhor, havia mais... havia mais comunidade, que agora não há, agora estão-se a afastar mais (...)” (M, 49).

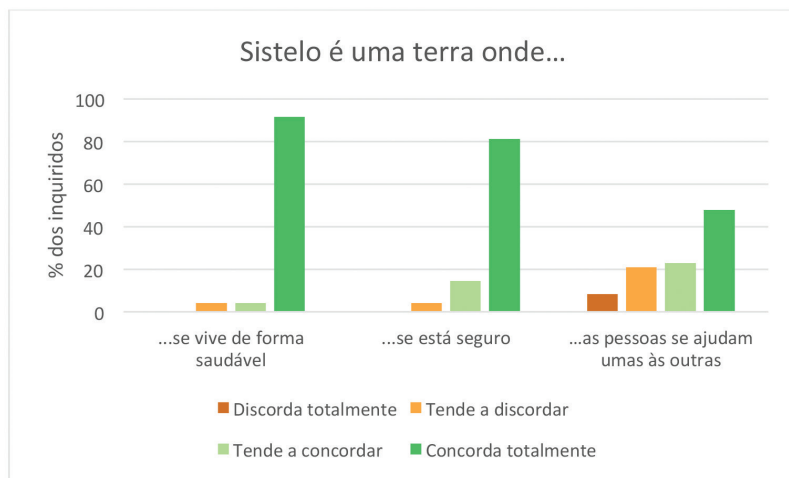


Figura 7. Avaliação do espaço de vida quanto ao ambiente, segurança e sociabilidade.
Fonte: QFam

Economia e meios de vida

O principal meio de vida dos residentes em Sistelo são as reformas e pensões (mais de 50% de 116 indivíduos). Apenas um terço vive dos rendimentos do trabalho, com os restantes a viver a cargo da família (Figura 8). Muitos dos atuais reformados tiveram trajetórias de emigração, com duração média de 22 anos, o que influi no valor das reformas atualmente auferidas. Como constataam vários inquiridos a situação económica “é boa para os que emigraram”.

Dos 41 indivíduos que declararam ter uma profissão, metade trabalha na agricultura e 7% na floresta. Os restantes trabalham no setor terciário (restauração, comércio, outros serviços), sendo quase inexistente o emprego em indústrias e na construção civil. A importância social e económica da agricultura decorre de ser uma das atividades que mais contribui para fixar famílias jovens, princi-

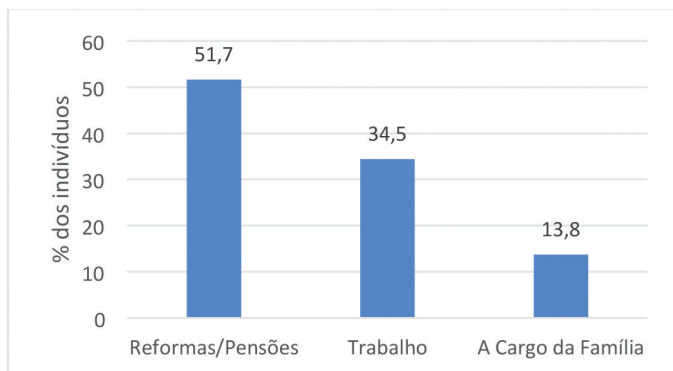


Figura 8. Principal meio de vida dos indivíduos residentes.
Fonte: QFam

palmente por via da criação de gado bovino, mas vai para além disso, por ser ocupação secundária para indivíduos com profissão não agrícola e proporcionar um envelhecimento ativo aos reformados.

Prioridades para melhorar a qualidade de vida

Quando solicitámos aos inquiridos para indicarem ações prioritárias para a melhoria da qualidade de vida em Sistelo as respostas refletem, com destaque, uma grande preocupação com os mais velhos, seguida de perto pelas questões da difícil mobilidade dentro e fora das aldeias. Há uma preocupação generalizada com a necessidade de manter, e até ampliar, os serviços de proximidade básicos, incluindo o acesso a redes avançadas de telecomunicações. Há subjacente a estas prioridades uma exigência de funcionalidades e de conforto menos díspares face a contextos mais urbanos e artificializados. Recebem igualmente grande atenção aspetos ligados a melhorias nas condições e meios para o exercício da atividade agrícola, em sentido lato, onde se envolvem diversas infraestruturas coletivas. A nostalgia da convivência e da ligação à aldeia geradas em torno das atividades escolares, hoje deslocalizadas para centros educativos mais amplos, remete para a procura de alternativas que religuem as crianças e os jovens à comunidade e ao território. A alusão à possibilidade de reabertura de um infantário, não tendo sido considerada uma prioridade, não deixa de refletir esperanças de que, no futuro, Sistelo possa voltar a ter mais crianças e jovens, e a alcançar uma efetiva renovação geracional.

4.2. Agro-silvo-pastorícia, floresta e biodiversidade

A atividade agro-silvo-pastoril constitui o eixo estruturante de todo o sistema socio-ecológico da montanha, sendo desde logo o elemento central da identidade sociocultural da comunidade. Para além da sua importância na economia local, gera igualmente benefícios para a qualidade de vida nas aldeias. De destacar a forte convicção de que a manutenção das áreas cultivadas e da atividade pastoril protege as pessoas “do fogo e das feras”. Resulta do QFam que 94% dos membros das famílias participavam em atividades no campo e no cuidado com o gado. Estamos perante a continuidade da lógica da agricultura familiar, na qual todos os membros do agregado são chamados a participar na medida das suas capacidades e do seu tempo livre (quando estudam ou têm outra profissão). Recentemente tem ganho peso, nos discursos locais, a importância do cultivo dos socos para a manutenção do valor cénico e turístico da “Paisagem Cultural de Sistelo”.

Dinâmicas na atividade pecuária

Nas últimas décadas registou-se uma regressão acentuada do número de produtores e de cabeças de animais. Essa tendência tem-se prolongado no que refere aos pequenos ruminantes (cabras e ovelhas), hoje com reduzida expressão. Apenas uma família mantém um rebanho de cabras, no baldio de Sistelo, tendo adotado uma gestão inovadora que introduziu a componente de serviços ambientais pagos pelo mercado. Outras famílias mantêm algumas ovelhas ou cabras, cuja alimentação se faz perto dos lugares, nos socos. Em contrapartida, o declínio da pecuária de bovinos foi interrompido nos anos 1990, com a desaceleração da diminuição do número de criadores, e com uma notável recuperação dos efetivos nesta última década (Figura 9).

Com a análise do efetivo pecuário, em Sistelo, para o ano de 2019³ apurámos existirem 61 produtores pecuários na freguesia, com 864 cabeças de bovinos, 79 caprinos e 77 ovinos. A dimensão dos efetivos bovinos varia entre 1 e 80 cabeças, destacando-se os pequenos (44% das explorações, com 1 a 5 bovinos) e os

³ Fonte: OPP Arcos e Barca. Dados obtidos através do programa PISA.NET - programa informático de saúde animal.

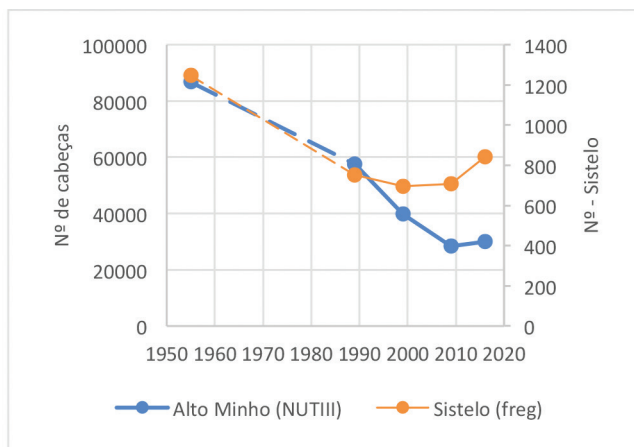


Figura 9. Evolução do efetivo bovino (Alto Minho e Sistelo).
Fontes: INE, Recenseamentos Agrícolas 1955-1989-1999-2009; DGAV, 2016

médios bovinicultores (39%, com 11 a 40 bovinos). Há um reduzido número de produtores com efetivos maiores (14%), que são responsáveis por quase metade do total de bovinos da freguesia (Quadro 4).

Quadro 4. Distribuição das explorações por dimensão dos efetivos, Sistelo 2019

Nº de bovinos por exploração	Explorações com gado bovino		Efetivo bovino	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5	23	44,2	62	7,2
6 a 10	2	3,8	14	1,6
11 a 20	12	23,1	180	20,8
21 a 40	8	15,4	230	26,6
>40	7	13,5	378	43,8
Total	52	100,0	864	100,0

Fonte: OPP de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Há, portanto, uma elevada heterogeneidade entre os criadores de gado, desde pequenos efetivos em famílias para as quais esta atividade é secundária (nos rendimentos e na ocupação), até outros com efetivos maiores e que nela têm a sua ocupação e fonte de rendimentos principal, senão a única. Estes últimos representam uma nova geração de criadores de gado, pela sua idade, pelos objetivos ligados à atividade e por adotarem novas práticas de gestão e de organização do trabalho.

A recente recuperação e especialização da criação de gado bovino na montanha resultam diretamente da PAC. Segundo as nossas estimativas a proporção de rendimento obtido por via destes instrumentos de política atinge entre 70% a 80% do total do rendimento bruto das explorações de maior dimensão. Combinam-se aqui vários tipos de apoios, do 1º e do 2º pilar da PAC, com a componente agroambiental a adquirir um peso relevante. A importância desta política pública vai muito além da dimensão setorial agrícola propriamente dita, convertendo-se em fator essencial à continuidade das próprias comunidades locais de montanha. A perspetiva dos residentes sintetiza-se nas seguintes expressões: “*Se não continuam [os subsídios], não há nada para ninguém*” (M, 54) ou “[sem os subsídios]...estas aldeias vai tudo a zero” (H, 59).

Os maiores bovinicultores, dando continuidade ao património e saberes tradicionais, são também os protagonistas da introdução de inovações na atividade. O aumento do efetivo médio revela-se crucial para as famílias alcançarem um nível de vida compatível com as atuais exigências, principalmente quando há filhos menores. A dimensão de efetivo considerada viável para uma família de dois adultos com dois filhos menores oscila entre 40 e 100 vacas: “*No mínimo dos mínimos, 40 vacas*” (H, 59); “*100 animais para uma família com dois filhos, e nem chega*” (M, 67). Por referência a um efetivo de 50 animais dizia uma criadora: “*Com o subsídio, dá para nós, que somos dois; agora com os filhos tem de ser o dobro, senão não dá.*” (M, 67).

Dinâmicas ligadas à paisagem e à agrobiodiversidade

O valor da paisagem de Sistelo, quer em termos cénicos e culturais, quer em termos ecológicos, depende da continuidade do cultivo, e do modo como este é realizado. As transformações na atividade agro-silvo-pastoril têm um grande impacto na paisagem e nas dinâmicas dos ecossistemas, em função dos padrões de uso e de abandono. Embora estando interligados, há que distinguir as áreas de socalcos do espaço silvo-pastoril integrado no baldio.

Quase todas as famílias residentes têm área agrícola em socalcos (94% das famílias). Foi possível apurar, do total de 779 socalcos que as famílias inquiridas detêm ou usam (por cedência ou arrendamento), que 4/5 são ainda cultivados,

e cerca de 10% são mantidos limpos, com igual proporção em estado de efetivo abandono. Numa análise cruzada entre o número de bovinos e o número socialcos em uso por cada família detetámos uma interdependência positiva significativa ($\chi^2=10,63$; $n=48$; $p<0,05$). O abandono é previsivelmente maior nas propriedades de famílias não residentes, e por isso, não inquiridas. Em todo o caso, torna-se claro que quem lá vive ainda os trabalha e cuida, nalguns casos suportando custos de limpeza da vegetação, mesmo sem obtenção de proveitos.

A maior parte das famílias utiliza os socialcos para produzir pastos e feno (75%). O cultivo de batata é feito por 71% das famílias, para autoconsumo. Metade das famílias inquiridas produz ainda feijão, com 42% a manter a cultura do milho. Apenas um quinto das famílias cultiva o milho e o feijão em consociação. Do ponto de vista das variedades utilizadas é de destacar a tendência para diminuição do uso de variedades locais e regionais, principalmente no milho.

A agrobiodiversidade vegetal tem sido objeto de esforços de conservação e valorização pelos agentes de desenvolvimento rural, pelo que interessa realçar ser na pequena agricultura de envelhecimento ativo que se mantém mais o uso das sementes regionais, nomeadamente o milho branco e o feijão Tarreste⁴. Os novos padrões de organização do trabalho dos grandes bovinicultores são pouco compatíveis com a diversificação das produções vegetais a culturas não forrageiras. A agrobiodiversidade animal tem sido recuperada, com a bovinicultura a depender quase exclusivamente de raças autóctones, em particular nos bovinos (raças Cachena e Barrosã), mas também nos caprinos (raça Bravia). No primeiro caso, dado o uso de duas raças em regime de pastoreio livre e de reprodução natural, há cruzamentos entre as raças originando a categoria de “indiferenciados” (44% das cabeças, em 2017, segundo a AMIBA). Estes animais não cumprem os requisitos necessários para a inscrição em livro genealógico e para comercialização com a certificação DOP.

⁴ A marca “Feijão Tarreste” foi registada no INPI pela Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca em 2016, e a Feijão Tarreste foi inscrito como variedade de conservação no Catálogo Nacional de Variedades no ano de 2017. A broa confeccionada com milho branco regional e o feijão tarreste integram igualmente a Arca do Gosto da Slow Food ([Ark of Taste - Slow Food Foundation \(fondazioneslowfood.com\)](http://Ark of Taste - Slow Food Foundation (fondazioneslowfood.com)))

Reconhecimento e remuneração dos serviços de ecossistema

O reconhecimento da importância dos serviços de ecossistema para o bem-estar social tem vindo refletir-se num conjunto de instrumentos de política que visam assegurar a sua continuidade, compensando os responsáveis pela sua provisão. No caso da montanha os apoios da PAC auferidos pelos produtores agrícolas, e em particular pelos maiores criadores de gado, são em grande medida um pagamento por serviços de ecossistema. Remuneram os produtores que mantêm raças autóctones, sistemas de pastoreio extensivos e mosaicos agrícolas em zonas desfavorecidas. No caso de Sistelo e dos criadores de gado já ficou demonstrado o elevado peso dos apoios da PAC na viabilização da atividade agro-silvo-pastoril.

A criação das DOP, e de outros instrumentos similares de valorização e certificação de produtos agroalimentares, visam igualmente beneficiar os produtores, neste caso por via do mercado. Verificámos ser muito limitados os efeitos das DOP Cachena da Peneda e Barrosã ao nível da economia dos produtores de Sistelo. O principal fator limitante está na venda precoce dos vitelos (ao desmame, isto é, aos 3-4 meses de idade), sem que a DOP produza efeitos nesta transação. Os vitelos são posteriormente engordados e acabados noutras explorações, fora da montanha, podendo ou não vir a ser integrados na certificação DOP ao nível do destino final. A exceção, detetada em freguesias próximas, são os produtores que conseguiram incluir a recria e o acabamento na sua exploração, o que implica maior capacidade de estabulação. Uma opção muito dificultada em Sistelo pelas restrições ligadas à exiguidade das áreas edificáveis e à classificação de grande parte do território por instrumentos ligados à conservação da natureza e da paisagem. Outro fator limitante à recria na montanha é a existência de predação pelo lobo, que amplifica os riscos de perda de efetivos, principalmente grave na época dos partos e sobre as crias.

Do ponto de vista do valor das vendas, dizia um produtor: *“Há 20 anos vendia-se um vitelo de 4 meses por 250€, e esse mesmo vitelo vende-se hoje por 150€! Ou muito esticando, por 170€! Muito esticando! Mas as farinhas dobraram, as rações dobraram (...) as despesas com a papelada praqui, prali e pracolá dobraram...”* (H, 59). Os produtores de Sistelo vendem os vitelos ao desmame, a comerciantes de gado ou em feiras locais, por preços que vão de um mínimo

de 90€ a um máximo de 170€, bem inferior aos preços do passado. Esta situação só é possível porque o rendimento dos produtores deriva, maioritariamente, de transferências do Estado na forma de apoios à atividade. Uma realidade que os próprios admitem, mas que não resulta da sua vontade, e que os expõe à insegurança de dependerem economicamente de decisões políticas nas quais pouca ou nenhuma influência podem ter. A maior valorização comercial das suas produções, encontrando os mecanismos adequados para a assegurar, seria um passo positivo a dar. As organizações de produtores detentoras das DOP têm uma responsabilidade importante neste âmbito. Considerando os serviços de ecossistema resultantes da atividade agro-silvo-pastoril, os impedimentos legais à criação de estábulos representam igualmente uma contradição cuja resolução poderia aumentar o grau de conciliação entre os objetivos e necessidades ligadas à produção e aqueles que se relacionam com a conservação da natureza e da paisagem.

O envolvimento da comunidade e dos agricultores na conservação da paisagem e da natureza depende do grau em que reconhecem ter aí um papel relevante. Para perceber de que forma esse papel é atualmente avaliado, solicitámos aos inquiridos para identificar quem beneficia das suas atividades, distinguindo entre o cultivo dos socalcos e o pastoreio no baldio (Figura 9). Mais de metade considera que os benefícios do cultivo dos socalcos se estendem a toda a região. A atividade que os socalcos de Sistelo têm tido em termos turísticos e mediáticos contribuiu para estes resultados. Ainda assim, um terço dos respondentes limita esse benefício à escala da comunidade local. Quando nos centramos no pastoreio no baldio, que incide numa área substancialmente maior, reduz-se o reconhecimento do seu contributo externo, ganhando expressão a ideia de que traz benefícios apenas aos produtores e à comunidade local (54%).

Parece-nos insuficiente o grau de perceção da comunidade local relativamente aos serviços de ecossistema que assegura. E de algum modo, inesperado, tendo em conta a natureza e a quantidade de classificações e distinções que este território tem merecido a nível nacional e internacional. Tais classificações envolvem processos complexos e longos nas esferas política, científica, técnica e legal. Arriscamos dizer que a comunidade teria um maior grau de consciência do valor do seu trabalho e do seu território se, nestes processos, tivesse havido um mais efetivo envolvimento das pessoas *in loco*. Essa participação teria vários

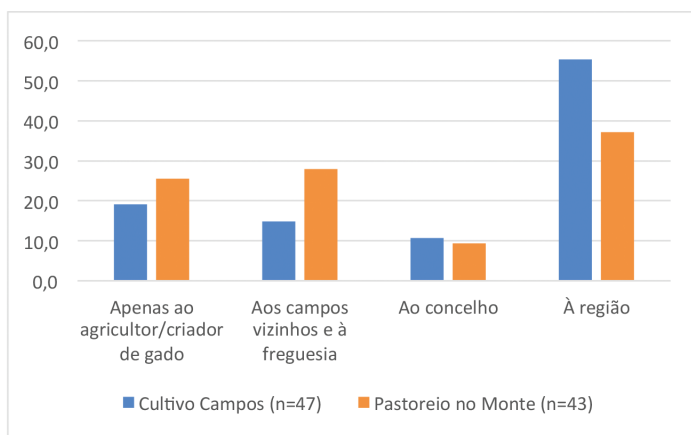


Figura 10. Percepção dos inquiridos sobre a quem beneficia o cultivo e o pastoreio.
Fonte: QFam

benefícios, nomeadamente melhorias na autoestima e uma maior capacitação dos agricultores e atores locais para otimizar a conservação e valorização do património natural e cultural relevante.

Essa capacitação adquire mais pertinência no atual contexto de mudança nos sistemas de produção, nomeadamente com o aumento dos efetivos bovinos. É importante garantir que estas dinâmicas, relevantes em termos económicos, não comprometem os efeitos positivos da agro-silvo-pastorícia sobre o ecossistema e a biodiversidade. Cuidar e alimentar maiores efetivos bovinos não permite manter inalterado o sistema de manejo tradicional. Como diz um jovem bovinicultor: *“Muda tudo, tem de mudar tudo, porque uma coisa é cuidar 8 animais ou 10 animais e outra coisa é ter 30 ou 40 ou 50 animais e ter que os cuidar todos os dias.”* (H, 37).

4.3 Turismo Sustentável na Montanha

O turismo de montanha tem já história longa no Alto Minho, mas em Sistelo foi possível acompanhar de perto o processo rápido de conversão de uma aldeia quase desconhecida num destino turístico popular, à escala nacional e até mesmo internacional, o que torna esta freguesia particularmente interessante como

caso de estudo. A intensificação da notoriedade de Sistelo reflete um trabalho conjunto da Junta de Freguesia de Sistelo e da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, que têm vindo a implementar uma estratégia de expansão turística nesta freguesia, enquanto alavanca para o desenvolvimento territorial. Menos conhecida é a perceção e o posicionamento das comunidades locais relativamente a estas dinâmicas.

Começamos por avaliar a opinião das pessoas de Sistelo relativamente à importância do turismo para as aldeias de montanha. As respostas evidenciam um consenso amplo em torno da centralidade que o turismo deve adquirir no desenvolvimento destas aldeias (Figura 11). Interessa claramente ir mais além quando se perspetiva a questão da otimização desta atividade emergente no que se refere à sua articulação com a qualidade de vida, com as atividades tradicionais e com a sustentabilidade destes territórios. As pessoas estabelecem uma correlação positiva forte entre a capacidade do turismo para dinamizar a economia local e o número de visitantes e turistas que efetivamente lá se desloca. Por outro lado, mais de dois terços dos inquiridos reconhece que a afluência inusitada de grande número de pessoas pelos lugares e caminhos da freguesia comporta alguns problemas novos.

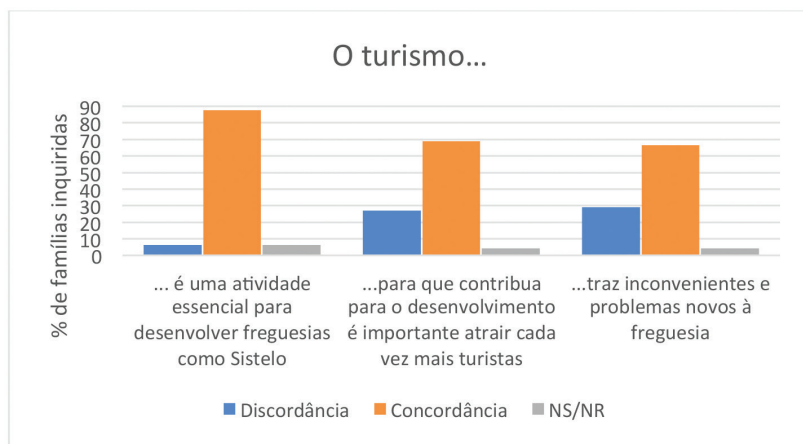


Figura 11. Perspetivas da comunidade sobre o turismo.
Fonte: QFam

Para melhor se compreender o sentido destas tendências gerais são esclarecedores os vários tipos de discursos expressos pelas pessoas de Sistelo, e que refletem a existência de “um antes” e “um depois” claramente diferenciados no que se refere ao dia-a-dia in loco, que se abriu a um mundo muito mais amplo e dinâmico, alterando o modo de relação da comunidade com o seu território. Por outro lado, interessa ter em conta que as atividades turísticas não se repercutem homogeneamente no território local, reforçando a centralidade do lugar de Igreja, e que se interligam debilmente com as atividades tradicionais, chegando mesmo a trazer-lhes alguma perturbação (Quadro 5).

Quadro 5. Discursos locais que exprimem os impactos do turismo à escala local

	ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género/idade do interveniente)
Aspetos e impactos positivos	Reavivar da aldeia e melhoria da autoestima	<i>“[O turismo] não é essencial, mas é bom, pelo menos há gente”</i> (H, 36) <i>“Até gosto que venham por aí, e que vejam”</i> (M, 87) <i>“Há muitas coisas por explorar, muitas coisas bonitas”</i> (H, 59)
	Criação de emprego, rendimentos e serviços de proximidade	<i>“O lugar antes tinha pouca gente, e [o turismo] já criou empregos”</i> (M, 75) <i>“Traz consumo”</i> (H, 75) <i>“Havíamos de ter um padeiro próprio, local (...) eu acho que aqui uma padaria/pastelaria, aquilo dava.”</i> (H, 69)
Aspetos e impactos negativos	Perda de tranquilidade e de privacidade	<i>“Eles tiram fotos à gente e eu digo-lhes que não (...). A gente anda com os animais, anda com o feno (...). A gente não gosta.”</i> (M, 76) <i>“Falta estacionamento. Domingo para ir à missa, ou no sábado para ir às sepulturas. Está tudo cheio! E também quem está lá em baixo com os animais não consegue passar”</i> (M, 76) <i>“As pessoas mais velhas têm agora algum receio...E as nossas crianças não andam tanto a passear no lugar como andavam. Uma pessoa tem de ter um bocadinho mais de reserva”</i> (M, 50)
	Elevada sazonalidade	<i>“Não era preciso de ser aquela coisa assim boom, se calhar mais repartida e não sentirmos aquela diferença muito grande: agora temos gente, agora não.”</i> (M, 20)
	Concentração espacial e social dos benefícios	<i>“Há quem tire benefício, ..., quem tem alojamentos e restaurantes”</i> (M, 69) <i>“Para nós não nos dá nenhum”</i> (M, 52) <i>“Em Sistelo [lugar de Igreja] é demais! Aqui no lugar [Porto Cova] só os vemos passar.”</i> (M, 74). <i>“Neste momento nós temos uma grande afluência de turismo, mas se formos a ver não deixam nada pra freguesia”</i> (M, 47)

Parece-nos extremamente relevante a consciência que existe na comunidade de que os benefícios e os impactos negativos do turismo dependem de vários fatores e do modo como este irá evoluir. As questões que a população local identifica como pertinentes e determinantes para o futuro da comunidade são: (1) assegurar que a capacidade de atração se sustente no tempo; (2) aumentar e distribuir mais amplamente na freguesia o valor gerado pelo turismo; (3) reduzir a sazonalidade do fluxo de visitantes; (4) atrair um perfil de turistas e visitantes mais responsável. Este último ponto é particularmente relevante, tendo em conta as principais perceções dos residentes perante os comportamentos e atitudes dos visitantes (Figura 12).



Figura 12. Expressões dos inquiridos face aos inconvenientes do turismo⁵
Fonte: QFam

Gerir o crescimento turístico à escala local

Para avaliar a receptividade da comunidade quanto a medidas concretas de gestão do turismo à escala local solicitámos a opinião dos inquiridos relativamente a um conjunto de propostas concretas. Começámos por pedir uma opinião quanto a opções que configuram uma maior participação das pessoas da comunidade na oferta turística, em estreita ligação com as atividades e saberes locais tradicionais (Figura 13). As respostas evidenciam uma grande concordância com estas propostas que, em teoria, permitiriam fazer chegar os benefícios

⁵ Nuvem de palavras elaborada com a aplicação WordClouds, de livre acesso.

do turismo a mais pessoas e famílias residentes. A sua exequibilidade, apreciada em termos qualitativos, remete para a necessidade de dinamizar os mais novos, e para uma ação mobilizadora e coordenadora da associação sociocultural local. Nesse envolvimento há a esperança de que mais jovens aí possam encontrar um futuro profissional: *“Era coisa boa! Era melhor do que ir para fora!”* (H, 64). Quando se reclama mais capacitação, explicita-se que deve incidir nas pessoas da comunidade, complementando e valorizando os seus saberes: *“Mas formação com pessoas de cá, do porquê das coisas da terra”* (H, 37).

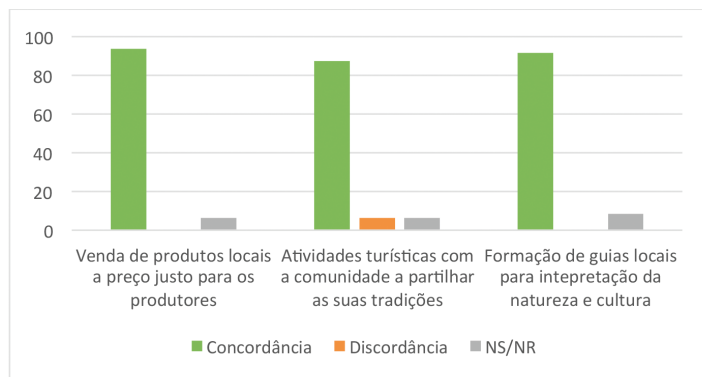


Figura 13. Opinião face a propostas para o desenvolvimento do turismo.
Fonte: QFam

A amplificação dos benefícios económicos locais do turismo poderia passar, igualmente, por criar novos instrumentos de obtenção de receita envolvendo os turistas. As propostas que acolhem maior adesão local são as que supõem contributos voluntários por parte dos visitantes e turistas. A introdução de mecanismos de cobrança recebe ainda suporte quando se dirige ao estacionamento, por contribuir para regular uma situação já anteriormente identificada como problemática. A cobrança pelo acesso à Ecovia, por seu lado, é considerada maioritariamente indesejável. As razões subjacentes a estas respostas são: poder “afugentar” os turistas, ser de difícil implementação e ainda por remeter para uma gestão municipal, e não ao nível da freguesia.

Empresas locais ligadas ao turismo

Durante o projeto caracterizámos a oferta de alojamento e restauração a partir de questionários direcionados aos seus proprietários. A atividade de alojamento

turístico em Sistelo não tem mais de vinte anos de existência, e distribui-se por seis proprietários e oito unidades de alojamento, metade das quais surgiram apenas em 2018 e 2019. Há uma concentração do alojamento no lugar de Igreja. As unidades dividem-se em igual proporção nas tipologias de Alojamento Local e Casa de Campo, sendo a capacidade de alojamento de 28 camas.

Estes alojamentos foram criados por reconversão de espaços/edifícios preexistentes, tendo permitido recuperar património edificado já sem uso, e parcialmente em ruínas. Os proprietários atuais acederam à posse dos edifícios maioritariamente por herança (6 em 8), embora poucos residam em Sistelo. Na restauração identificámos quatro estabelecimentos em funcionamento em 2019 (QRes), dos quais três estão abertos todo o ano e dois iniciaram atividade apenas em 2018. Os dois estabelecimentos preexistentes foram alvo de remodelação recente. Do ponto de vista da criação de emprego os restaurantes são mais relevantes do que os alojamentos, proporcionando ocupação permanente a 8 pessoas, chegando a 19 postos de trabalho nos períodos de época alta e nos fins-de-semana mais movimentados.

Os proprietários de alojamento e restauração consideram que o turismo veio dar nova vida à aldeia, manifestando-se disponíveis para ser parte ativa em iniciativas ligadas à manutenção da paisagem, conservação de natureza e animação comunitária. São muito favoráveis à utilização de produtos locais, considerando ser um fator de atração e satisfação dos turistas. Não obstante referem ser difícil encontrar estes produtos para integrar na sua oferta. Quando inquiridos sobre o tipo de turismo que melhor se adapta ao território, preferem uma redução do número total de visitantes, bem como a sua organização em pequenos grupos. Estes dados mostram a dinâmica recente de investimento em negócios que visam satisfazer as necessidades dos visitantes e aproveitar a oportunidade decorrente da notoriedade que Sistelo tem tido como destino turístico.

Por esse rio acima – monitorização de fluxos na Ecovia do Vez

O contador instalado em Sistelo no âmbito deste projeto permite quantificar e datar com rigor as passagens de peões e ciclistas na Ecovia do Vez. Este número reflete a dimensão e distribuição temporal da procura turística em Sistelo, embora subestime o total de pessoas que efetivamente visitam a freguesia. O número

de passagens registado neste local foi muito elevado, principalmente nos meses de Verão, e a tendência foi de crescimento entre 2018 e 2020 (Figura 14). Torna-se evidente a grande sazonalidade deste fluxo, com menor afluência nos meses mais frios e chuvosos, entre novembro e fevereiro. O pico de visitas tem lugar no mês de agosto, tendo atingido 10 000 visitantes em 2018, valor que mais do que duplicou em agosto de 2020. A reduzida afluência dos meses de março e abril deste mesmo ano reflete o confinamento e as restrições à mobilidade decorrentes da primeira vaga de Covid19. Carece de explicação a ausência de dados num período do verão de 2019, por falha técnica do equipamento.

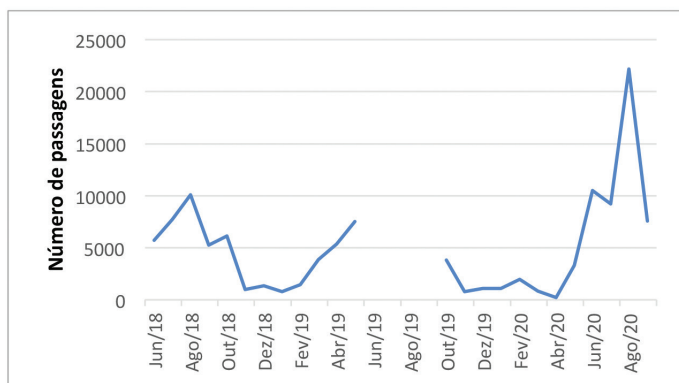


Figura 14. Número de passagens registada no contador de Sistelo (total mensal)⁶
 Fonte: Acontece in Loco - Contador de Sistelo

É principalmente aos sábados, domingos e feriados que se atingem valores superiores de contagens, como seria previsível. Este padrão apenas se altera no mês de agosto, com um número de passagens mais elevado e regular ao longo da semana.

Há que matizar a ideia, que tem vindo a generalizar-se, de uma forte sobrecarga turística sobre Sistelo. No período analisado (744 dias), mais de metade dos dias registou menos de 50 passagens diárias, o que representa um movimento reduzido. Em contrapartida, chegou a 161 o número de dias em que as passagens ultrapassaram o patamar de 250, valor superior ao da população residente na freguesia. Uma situação consistente com a seguinte expressão de um morador do lugar de Igreja: *“Isto às vezes parece um carreiro de formigas”* (H, 76).

⁶ Exclusão do período 22/06 a 09/09 de 2019, por falha técnica do contador.

Perfil e percepções dos visitantes de Sistelo

Para termos uma noção mais clara das características da procura turística em Sistelo realizámos um inquérito por questionário a uma amostra de 267 indivíduos, integrados em grupos que perfizeram 1552 indivíduos (QVis). Os inquiridos são maioritariamente portugueses, com apenas 15% de estrangeiros, dos quais mais de metade vêm de Espanha. A proveniência dos visitantes nacionais distribui-se por distritos da seguinte forma: Porto (21%), Braga (21%), Viana do Castelo (15%), Lisboa (10%). Há um predomínio de visitantes oriundos dos principais centros urbanos do país. Quase 90% dos inquiridos viajou em família ou em grupos de amigos, e para dois terços o único destino de viagem foi Sistelo. Para uma aldeia de montanha quase desconhecida até há bem pouco tempo, estes dados evidenciam a projeção que Sistelo rapidamente adquiriu. Contribui para estes resultados a apreciação positiva que os visitantes fazem deste destino, já que 93% o recomendaria a familiares e amigos.

Do total de inquiridos, apenas 30% se ajusta ao conceito de turista, tendo permanecido mais de 24 horas fora do seu local habitual de residência. As pernoitas concentraram-se no concelho de Arcos de Valdevez (53%), a grande maioria das quais em unidades hoteleiras da sede do concelho. A freguesia de Sistelo foi o local de alojamento para 14% destes turistas. O tempo de permanência dos visitantes em Sistelo tende a ser de curta duração. A maior parte dos inquiridos chegou a Sistelo com um programa predefinido: 92% para realizar uma caminhada, 51% pretendendo visitar à aldeia, 33% os socalcos, igual percentagem ir a um restaurante local.

Os atributos de Sistelo que os inquiridos destacaram como motivo “importante” ou “muito importante” da sua visita foram: a biodiversidade, a paisagem de socalcos, ser um bom local para caminhadas, os passadiços de Sistelo e ser uma aldeia tradicional de montanha (Figura 15). Os aspetos mais destacados remetem para uma procura focada nas dimensões paisagística e naturais da montanha, associadas à oportunidade de aí realizar atividades ao ar livre, especialmente caminhadas. A notoriedade alcançada por Sistelo com a vitória no concurso das 7 Maravilhas de Portugal de 2017, na categoria Aldeia Rural, teve um efeito de visibilidade inicial que se revela ter sido efémero, prevalecendo hoje atributos mais ligados ao território.

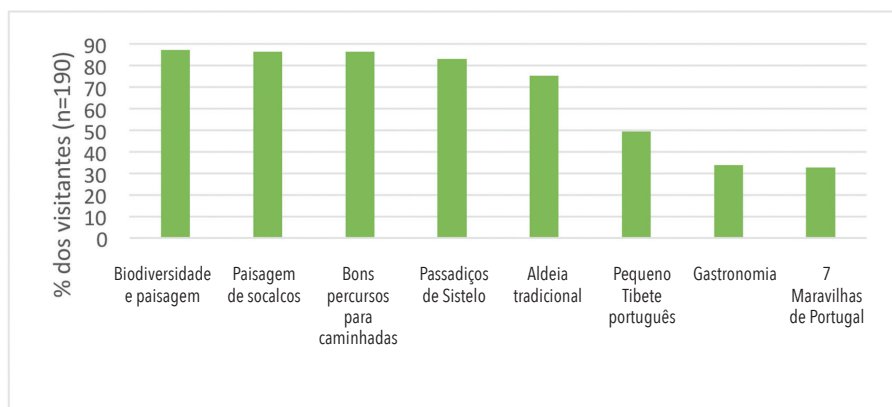


Figura 15. Motivações principais para a visita a Sistelo.
Fonte: QVis

Quando inquirimos os visitantes relativamente a várias opções de obtenção de recursos que permitam financiar a manutenção da paisagem de Sistelo, o investimento do Estado recolhe total concordância. Mas há igualmente forte adesão à comparticipação dos próprios turistas e visitantes, seja através da aquisição de produtos locais a preços que incluam uma componente adicional de pagamento por serviços ambientais, bom como à criação de mecanismos que recolham contributos voluntários para o mesmo efeito. São já menos favoráveis a soluções que se traduzam na obrigatoriedade de pagamento do estacionamento e, sobretudo, no acesso à Ecovia. Em todo o caso, estas opções de gestão mais impositivas não deixam de obter a concordância por parte de cerca de dois quintos dos respondentes. Estas medidas, sendo mais restritivas, são coerentes com a obtenção de 44% de discordância relativamente à aposta numa maior capacidade de atração de visitantes a Sistelo.

Uma grande maioria (90%) referiu ter interesse em adquirir produtos locais. À data do inquérito essa oferta era muito escassa ao nível dos produtos locais, de atividades de animação e por vez insuficiente no que se refere à restauração. Consequentemente é expectável que a despesa média por visitante localmente realizada seja inferior ao seu potencial. É de referir que, desde então, abriu em Sistelo uma loja, e que nas unidades de restauração tem crescido a oferta de produtos locais para levar.

4.4. Governança territorial na montanha

Os processos de decisão envolvidos na gestão dos territórios de montanha são realizados a várias escalas. Alguns deles acontecem *in loco*, nas freguesias, embora sejam sempre condicionados pelo enquadramento legal, institucional e estratégico mais amplo. É nessa dimensão local da decisão e ação que nos centramos. As instituições locais mais relevantes na gestão e dinamização da comunidade local de Sistelo são: a Junta de Freguesia, os órgãos gestores do Baldio, as Juntas de Regantes, a Associação Sociocultural e Recreativa de Sistelo e as instituições ligadas à Igreja. Muitas das freguesias de montanha têm instituições similares, com grande importância para (1) a vida social, económica e cultural das aldeias; (2) o modo como as comunidades regulam o acesso e o uso dos recursos naturais locais e (3) a articulação da comunidade com as instituições e formações sociais das escalas supralocais.

Na impossibilidade de aprofundarmos todas as dimensões organizativas locais, daremos destaque ao Baldio, por ter um peso substancial no modo como a comunidade se organiza e interage, enquanto tal, com as estruturas e processos ecológicos do seu território. Outro âmbito fundamental da governança local é a gestão da atividade turística.

A comunidade e o seu Baldio

O Baldio de Sistelo é o recurso coletivo que mais se destaca, pela sua expressão territorial (88% da área total da freguesia), por ser essencial à atividade agro-silvo-pastoril e pelos valores naturais e culturais que integra. A sua gestão é efetuada através dos órgãos previstos na Lei nº 75 de 2017, nomeadamente a Assembleia de Compartes, o Conselho Diretivo e a Comissão de Fiscalização, em articulação com o ICNF (co-gestão). A Assembleia de Compartes de Sistelo, em 2019 constituída por 354 pessoas com direito a participar e a votar, inclui residentes e emigrantes. É de realçar que 80% das famílias inquiridas consideram que todos devem ter uma palavra a dizer na gestão do baldio, mesmo que não o utilizem atualmente.

Para além do modelo organizativo, interessa sobretudo perceber as práticas e o tipo de envolvimento que ligam a comunidade local ao seu baldio, nos dias de

hoje. Mais de metade das famílias residentes (58%) refere manter um uso regular do baldio. Haverá, portanto, cerca de 40% de famílias que já não o fazem. No que refere à natureza das utilizações, o pastoreio e a recolha de mato, como parte da atividade agro-silvo-pastoril, são predominantes (75% e 71% respetivamente). Em menor grau surge a recolha de lenha, sendo inferior a 1/5 a proporção de famílias que aí realiza atividades de lazer ou de caça. Não registámos casos de famílias que utilizem o baldio como recurso para atividades turísticas enquanto iniciativa empresarial.

Face a propostas mais específicas de novos usos para o baldio encontrámos na comunidade posições bem definidas (Figura 16). A utilização do baldio como espaço para caminhadas ou como recurso pedagógico é amplamente apoiada. A comunidade ainda admite, já sem um consenso tão alargado, que se implementem alojamentos turísticos, trilhos Todo-o-Terreno e parques eólicos em área de baldio. Estes usos podem trazer benefícios económicos, mas pressupõem um maior risco de impactos negativos nas infraestruturas e no ecossistema. Relativamente a empreendimentos que envolvem uma interferência ainda mais profunda sobre os recursos naturais – construção de mini-hídricas ou exploração de minérios – torna-se expressiva a recusa (cerca de 90% dos inquiridos estão contra).

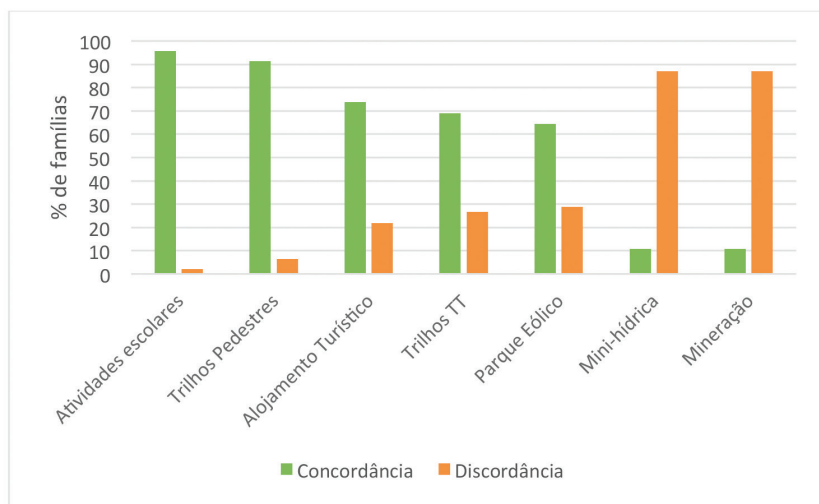


Figura 16. Opinião das famílias relativamente a novos usos para o baldio.

Fonte: QFam

O envolvimento da comunidade na gestão do baldio tem-se cingido aos produtores pecuários, embora seja desejado e até reivindicado por toda a comunidade. Averiguámos existir um certo desconhecimento das pessoas relativamente ao regulamento de uso e fruição do baldio, bem como a aspetos da sua gestão económica e financeira. Com crescente importância de novos usos e funções, nomeadamente o turismo e a conservação da natureza, seria relevante aprofundar e renovar os instrumentos de participação comunitária na gestão deste recurso.

A comunidade e a conservação da natureza

O território de Sistelo integra as áreas agrícolas e as silvo-pastoris, que agregam valores relevantes do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade. A participação da comunidade na sua preservação e valorização passa pelo modo como as pessoas de Sistelo reconhecem e valorizam esse património.

O valor que a comunidade local de Sistelo atribui à biodiversidade e à preservação da natureza interliga-se com a atividade turística, por ser um dos fatores da recente capacidade de atração do território (Figura 17). De facto, para grande parte das pessoas da comunidade, a fauna e a flora silvestres despertam pouco interesse. Numa questão relativa à convivência com o lobo, este é considerado mais prejudicial do que benéfico para quem vive e trabalha na montanha (70%

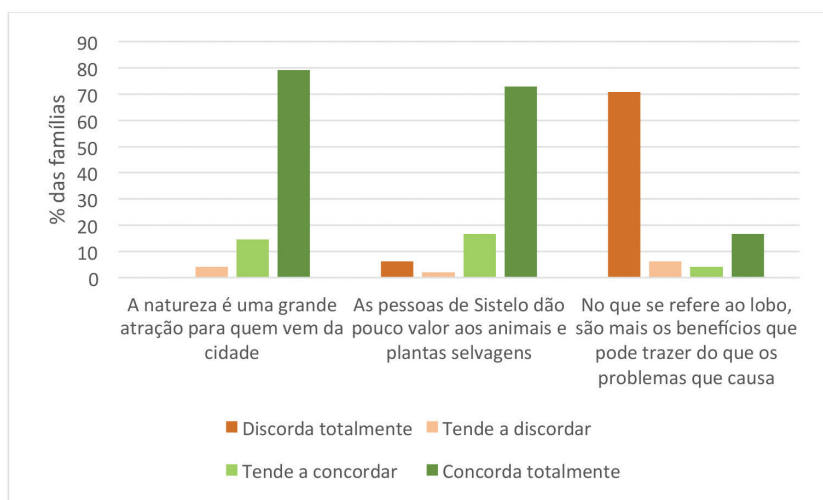


Figura 17. Percepções da comunidade relativas à biodiversidade silvestre.

Fonte: QFam

dos inquiridos). Por este padrão de respostas percebemos que a conservação de natureza e da biodiversidade silvestre comporta uma avaliação bem diferenciada entre quem vive e trabalha na montanha e quem, nestes espaços, procura recreio, fruição da natureza ou a sua preservação para as gerações futuras. Para a comunidade a natureza é algo que tem de ser permanentemente domesticado, o que exige esforço e sacrifício, o que explica a ausência de uma atitude contemplativa e de fruição da biodiversidade silvestre dentro da comunidade. A grande familiaridade que as pessoas de Sistelo têm com a natureza que as rodeia - *“fo-mos nascidos e criados nisto”* - contribui para essa desvalorização relativa.

A temática da conservação da biodiversidade permite evidenciar a dicotomia que se estabelece entre os objetivos e as prioridades da comunidade local e aqueles que presidem às estratégias e medidas de conservação da natureza. Há conflitos que se mantêm latentes há décadas, com argumentos contraditórios de ambas as partes, e que interessa superar rapidamente, sob pena de constituírem um obstáculo à revitalização das aldeias de montanha. A urgência de uma nova abordagem confirma-se quando temos evidências da erosão dos saberes tradicionais relativos à natureza e ao seu uso e gestão. Para 90% dos inquiridos as pessoas antigas conheciam melhor as plantas do que as que hoje cá vivem”, e apenas um quarto considera que “os mais novos que vivem na freguesia conhecem a natureza e os montes tanto quanto a gente mais velha”. A perda deste conhecimento, que não está a ser substituído por outras formas de saber, compromete a autonomia da comunidade na gestão dos seus recursos naturais.

O território de Sistelo tem sido integrado em diversos estudos científicos, que influem na formulação de políticas e na sua avaliação. Mas estas atividades de I&D pouco ou nada têm contribuído para capacitar a comunidade local enquanto gestora de proximidade, porque *“raramente são explicados às pessoas de cá”*. Com a crescente integração do território em dinâmicas e procuras que lhe são externas, essa falta de capacitação constitui um forte obstáculo ao desenvolvimento local sustentável.

Também ao nível da gestão do turismo há a considerar a relevância de avançar para processos mais participativos, prevenindo alguns riscos e inconvenientes que a comunidade identifica, e ampliando o impacto económico e social que esta atividade pode trazer para quem vive e trabalha em Sistelo. O aprofunda-

mento da interligação entre o turismo e a agro-silvo-pastorícia é bem acolhido por todos – agricultores, empresários do turismo e visitantes - seja pela via dos produtos agroalimentares locais, de um maior envolvimento dos agricultores na interpretação e na animação turística, ou mesmo através de contributos diretos dos turistas para o serviço de manutenção da paisagem. A concretização destas dinâmicas implica um trabalho de diálogo e de identificação coletiva das soluções mais adaptadas, que terá de se fazer *in loco*.

5. Lições aprendidas e áreas a desenvolver

O projeto Acontece *in Loco* – Montanha do Alto Minho centrou-se num território específico – a freguesia de Sistelo – porque se considerou relevante testar um conjunto de metodologias participativas à escala de uma comunidade local, integrando as dimensões humana e ecológica, e avaliar a pertinência desta abordagem face ao objetivo estratégico de manter as aldeias vivas e assegurar o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha. Nesta síntese final pretendemos demonstrar que esta abordagem é pertinente, é necessária e é exequível, mediante a mobilização de vários parceiros num trabalho em rede. Queremos igualmente lançar algumas pistas para o futuro aperfeiçoamento desta metodologia, tendo em vista a sua aplicação a outras aldeias de montanha do Alto Minho.

Territórios fragilizados, mas resistentes

Desde os mais velhos aos jovens, quem ainda vive em Sistelo, e muitos dos que tiveram de partir por razões profissionais, todos querem que a sua aldeia não saia do mapa, que continue a ter gente e a ter uma identidade própria e singular. Esta resistência está bem patente em Sistelo, aliada à da perceção da urgência em reverter o declínio demográfico e de fragilização da comunidade. O sentido de comunidade na freguesia de Sistelo está ancorado no enraizamento familiar, em vivências pessoais *in loco* e em formas de organização coletivas (o Baldio, as Associações, etc.) que integram a dimensão social e cultural da aldeia e os recursos naturais que a envolvem. A trajetória de abandono e de descaracterização paisagística e cultural que ameaçava Sistelo pode ter sido já travada, mas é ainda demasiado frágil para se poder classificar como sustentável e resiliente.

Daí a pertinência de manter o suporte à comunidade e de monitorizar e avaliar continuamente a evolução da qualidade de vida *in loco*.

Multifuncionalidade da montanha: da ideia à prática

O território de Sistelo, e os demais territórios de montanha, são cada vez mais multifuncionais. A agro-silvo-pastorícia, tendo uma vocação de produção agro-alimentar, é estruturante das demais funções, onde se incluem a conservação da natureza e os usos recreativo e turístico do território. Um dos principais desafios que se coloca ao território é o de assegurar a continuidade desta atividade, tornando-a mais atrativa para os jovens.

Essa capacidade de atração supõe critérios de rentabilidade, de melhoria das condições de trabalho e de incremento do valor social reconhecido à atividade. Para além desse reconhecimento, interessa que todos os agricultores, mais novos e mais velhos, com atividade a tempo inteiro ou a tempo parcial, desenvolvam novas competências para tirar mais partido das múltiplas produções e serviços que geram, contribuindo para redefinir o papel de agricultor da montanha num sentido mais qualificado e prestigiante. Mais do que substituir o saber tradicional, há que lhe associar novas fontes e tipos de conhecimento, para superar os seguintes desafios:

- (1) Os agricultores e criadores de gado produzem alimentos, mas também biodiversidade, paisagem e outros serviços de ecossistema, nem sempre fáceis de reconhecer. Torna-se essencial um trabalho lado-a-lado entre investigadores, técnicos e agricultores para tornar mais explícitas as interdependências entre produção e conservação, e para encontrar, em conjunto, soluções que permitam otimizar os resultados.
- (2) O limitado impacto das certificações de origem na valorização comercial das produções da montanha evidencia a necessidade de ter bem presentes as limitações que o contexto montanhoso impõe aos produtores. Para além dos condicionantes biofísicos, há diversas restrições decorrentes de múltiplos instrumentos de gestão territorial. A complexidade regulamentar torna-se paralisante da inovação à escala local, sendo essencial avançar para uma maior articulação entre as entidades públicas com intervenção na montanha.

- (3) Para contrariar a erosão de saberes sobre a natureza e o território, interessa não só recuperar e aprofundar a capacidade local de gerir autonomamente os recursos coletivos, apoiando as instituições locais, mas também criar novas articulações entre a escola e a montanha, nomeadamente através de atividades pedagógicas nas aldeias.

Turismo sim, “turistificação” não

O excessivo peso do turismo no sistema produtivo local pode comprometer as outras funções, perturbar a qualidade de vida local e traduzir-se em benefícios efémeros. A “turistificação”, entendida como uma expansão rápida da oferta turística e da pressão do turismo sobre o território, deve ser prevenida. No caso de Sistelo, a dinâmica tem sido muito rápida e considera-se necessário avançar rapidamente para uma gestão mais integrada do crescimento do turismo. Esta deverá assegurar um fluxo suficiente e regular de visitantes, que viabilize as atividades locais de oferta turística, reduza a sua sazonalidade e evite que um excesso de pressão comprometa a “essência” da identidade local e a qualidade de vida na aldeia.

Uma boa gestão deste crescimento poderá contemplar:

- 1) Mecanismos de obtenção e distribuição de benefícios para remunerar os serviços de gestão da paisagem e da biodiversidade realizados pela atividade agro-silvo-pastoril, cuja função vai muito além de mera “jardinagem”, sendo elemento-chave para a persistência e qualificação da procura turística.
- 2) Participação abrangente da comunidade no desenho desses mecanismos, por forma a que sejam fatores efetivos de reforço da coesão social e da identidade local, interligando interesses distintos e fortalecendo as interações positivas entre as várias atividades *in loco*.
- (3) As instituições locais e os agentes de desenvolvimento devem igualmente participar na seleção das soluções concretas para a gestão dos fluxos turísticos. Com esta participação será possível escolher as soluções mais consensuais e envolver os atores locais em ajustes ou alterações que se vão afigurando necessárias.

Comunidade vivas, montanhas resilientes: pistas para futuro

O estudo piloto realizado em Sistelo evidencia o potencial que a comunidade local tem enquanto espaço de resistência e de mobilização para a ação. Os parceiros deste projeto encontraram um território dinâmico, com atores locais motivados para participar nas atividades e uma comunidade disponível para a reflexão partilhada e para ações inovadoras. As pessoas de Sistelo interessam-se pelo presente e pelo futuro da sua aldeia e têm opiniões e prioridades bem definidas às quais importa dar voz, criando oportunidades de participação e afirmação. Ao longo do projeto foi também relevante a partilha de informação da equipa para a comunidade, criando oportunidades de diálogo e aprendizagens recíprocas.

Para que esta metodologia possa ser alargada a outras aldeias de montanha, há que iniciar o processo com uma análise da matriz comunitária existente, adequando a cada caso um processo de animação coerente. A fragilidade de muitos dos territórios supõe que, nalguns casos, seja necessário investir inicialmente na reativação dessa mesma matriz.

O conceito de gestão adaptativa revela-se particularmente adequado à situação atual das aldeias de montanha, cujo aparente imobilismo encerra dinâmicas aceleradas de transformação. O diagnóstico participativo e integrado é um bom ponto de partida para se introduzirem gradualmente inovações que respondam aos problemas identificados. Por sua vez, o envolvimento da comunidade na realização deste diagnóstico, e a partilha da informação que vai sendo obtida, favorecem a reativação de competências comunitárias para a gestão territorial.

Para simplificar a metodologia deverão privilegiar-se os focus-group temáticos (rodas de conversa), precedidos e complementados com um trabalho de diálogo mais regular com os representantes e dirigentes locais. A aplicação de questionários poderá ser menos exaustiva.

A articulação entre os agentes de desenvolvimento rural é essencial. Perante a exiguidade de recursos humanos e a natureza pluridisciplinar dos problemas, o trabalho em rede afigura-se muito recomendável para garantir as respostas adequadas a cada aldeia (ou conjuntos de aldeias com realidades similares). Em futuras ações interessa ter em conta a multidisciplinaridade da equipa, que deve

incluir pessoas com competências na animação comunitária, nas atividades produtivas existentes no território e na análise dos sistemas naturais e dos processos ecológicos. Com esta abordagem integrada podem ter-se em conta as dinâmicas plurais que existem localmente, gerindo a sua articulação num sentido que garanta a preservação da coesão e da identidade das comunidades.

Os territórios de montanha e as suas comunidades têm sido resistentes, mas esta dimensão positiva não deixa de estar associada a alguma precariedade. Para passar da resistência à resiliência, antecipando perturbações e assegurando respostas atempadas, o trabalho dos agentes de desenvolvimento rural, em rede e *in loco*, é fundamental. Só desta forma se capacitam as pessoas e as comunidades para prosperar num mundo em permanente mudança. Para que as montanhas se mantenham vivas, com comunidades resilientes.

6. Referências

Aguiar, C. et al. (2009). A Montanha. In Pereira, H. et al. (edts), *Ecosistemas e Bem-Estar Humano - Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*, Escolar Editora: 293-337.

Amorim, A. (2020). Valorização de produtos locais – Feijão Tarreste. In Nogueira, J. et al. (edts.). *Acontece in Loco – Dias de Campo*, Projeto Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho: 51-54. (E-book). ISBN: 978-989-54213-4-3.

Barnaud, C., Couix, N. (2020). The multifunctionality of mountain farming: Social constructions and local negotiations behind an apparent consensus, *Journal of Rural Studies* 73 (2020) 34–45.

Brito, N. et al. (2005). Portuguese Cachena cattle: a socio-economic, morphological and productive characterization of an endangered breed, *Animal Genetic Resources Information*, FAO, 37: 1-8.

Caldas, B., Graça, M. (2020). A Estratégia Regional para a Paisagem do Alto Minho no contexto da conservação e valorização do património natural, In Nogueira, J. et al. (edts.). *Acontece in Loco – Dias de Campo*, Projeto Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho: 80-91. (E-book). ISBN: 978-989-54213-4-3.

Carmo, R. (2014). *Sociologia dos Territórios – teorias, estruturas e deambulações*, Editora Mundos Sociais, Lisboa.

Carvalho, P., (2006). As montanhas em Portugal e na Europa: mudanças, desafios e oportunidades no início do século XXI, *Desafios Sócio-culturais para o Séc. XXI – Actas do I Congresso Internacional*, Póvoa de Varzim, 19 e 20 de maio de 2006.

Chapin, F. S., Carpenter, S., Kofinas, G. et al. (2010). Ecosystem Stewardship: Sustainability Strategies for a Rapidly Changing Planet. *Trends in Ecology & Evolution*. 25 (4) 241-249.

Costa, J. (2020). Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, In Nogueira, J. et al. (edts.). *Acontece in Loco – Dias de Campo*, Projeto Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho: 9-10. (E-book). ISBN: 978-989-54213-4-3.

Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.) (2016). *Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR)*. Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.

Ferrão, J. (2016). As geografias rurais do Antropoceno: ainda *uma terra incógnita?*. In: Neves, A. (coord.) *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, IESE- Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Lisboa: 249-257.

Honrado, J., et al. (2017). Conservation Management of EU Priority Habitats after Collapse of Traditional Pastoralism: Navigating Socioecological Transitions in Mountain Rangeland, *Rural Sociology* 82(1) 101–128.

Jørgensen, D. (2015). Rethinking rewilding, *Geoforum* 65: 482–488.

Langston, N. (1998). People and Nature. In Dodson, S., et al, *Ecology*: 25-76. Oxford: Oxford University Press.

Mateus, A. (coord.) (2013). *Estratégia e Plano de Ação Alto Minho 2020 – Relatório Final*, CIM Alto Minho, Viana do Castelo.

Madureira, L., et al. (2013a). *Economia dos Serviços de Ecossistema – Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha*, Lisboa: Quercus.

Madureira, L., Gamito, T., Ferreira, D., Portela, J. (2013b). *Inovação em Portugal Rural – Detetar, Medir e Valorizar*, Principia Editora, Cascais

McKean, M., Ostrom, E. (1995). Bosques en régimen de propiedad común: ¿sólo un vestigio del pasado?, FAO, <http://www.fao.org/docrep/v3960s/v3960s03.htm#TopOfPage:1-19>.

Medeiros, I. (1984). *Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (Policopiado).

Moreira, F., Lomba, A. (2017). A importância da agricultura na preservação da biodiversidade, *Cadernos de Análise e Prospetiva*, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração (GPP), (8) 39-45.

Nordregio (2004). *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries*, Brussels, Directorate General for Regional Policy, European Commission.

Oliveira Baptista, F. (1996). Declínio de um tempo longo. In Brito, J.P. et al. (ed.), *O voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

O'Rourke, E., Charbonneau, M., Poinot, Y. (2016). High nature value mountain farming systems in Europe: Case studies from the Atlantic Pyrenees, France and the Kerry Uplands, Ireland, *Journal of Rural Studies*, 46: 47-59.

Pereira, E., Queiroz, C. (2009). Sistelo: um estudo participativo numa freguesia de montanha, in Pereira, Henrique, Proença, Vânia, Vicente, Luís, Domingos, Tiago (edts.) *Ecosistemas e Bem-Estar Humano – Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*, Escolar Editora: 585-635.

Körner, C., Ohsawa, M. (coord.) (2005). Mountain systems, in *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and Human Well-being: Current State and Trends*, Millennium Ecosystem Assessment, 681-716.

Koshy, V. (2005). *Action Research for Improving Practice, a Pratical Guide*. Londres: Paul Chapman Publishing/SAGE.

Santos, J. (2000). Sistema de Criação dos Bovinos na Serra da Peneda, in Graça, L. e Santos, H. (edts.), *Cadernos da Montanha Peneda I*: 106-119.

UNWTO (2018). *Sustainable Mountain Tourism – Opportunities for Local Communities*, UNWTO.

7. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AMIBA – Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã
CIM-AM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
DGAV – Direção Geral de Agricultura e Veterinária
DOP – Denominação de Origem Protegida
EUROPARC – Federação da Natureza e Parques Nacionais da Europa
FG – Focus group
GAL – Grupos de Ação Local
H – Homem
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
INE – Instituto Nacional de Estatística
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
I&D – Investigação e Desenvolvimento
M - Mulher
NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos
OPP – Organização de Produtores Pecuários
PAC – Política Agrícola Comum
PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
QAI - Questionário a proprietários de alojamentos turísticos de Sistelo
QFam - Questionário direto a representantes das famílias de Sistelo
QRes - Questionário a proprietários das unidades de restauração de Sistelo
QVis - Questionário direto a visitantes em Sistelo
QVis-on - Questionário de avaliação de satisfação a visitantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



PARCEIROS:



Escola Superior
Agrária



ctm alto minho
centro tecnológico do alto minho



COOPERATIVA AGRÍCOLA
ARCOS DE VALLEIZEL E PONTE DE BARÇA



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO ALENTEJO



FINANCIAMENTO:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais